

# Da Questão Ibérica à União Europeia. Constantes e Mutações no Relacionamento entre Espanha e Portugal.

Professor Doutor  
José Manuel de Barros Dias



- À memória do Capitão Manuel Vellozo  
da Costa (1749-1809), meu Avô

## 1. Introdução

Ao depararmos, nos primeiros meses de 2000, com a miríade de temas possíveis para a realização do trabalho de investigação individual a levar a cabo no âmbito do Curso de Defesa Nacional<sup>1</sup>, optámos por abordar aquele que tem sido *o nosso problema de sempre*: a realidade e as aspirações dos povos peninsulares. Uma tal incursão analítica fez-se, quer desde a *circunstância* do autor, quer desde o País em que ele espera vir a concluir a viagem entre o útero e o túmulo: Portugal.

A opção acabada de referir, que compreende *um entendimento amoroso* das diferentes nações que compõem a Península Ibérica, não é um apetite conjuntural que, com a passagem do tempo, estará votado ao esquecimento. Com efeito, logo no dealbar da nossa carreira académica, decidimos orientar os nossos estudos para a análise crítica de unidades político-económico-sociais-mentais que a Europa não compreende, e que, paradoxalmente, assumiram o protagonismo da projecção além-atlântica do Velho Continente. Ao focar a nossa atenção em Espanha, temos dirigido o nosso interesse para o «Grupo Geracional de 98» e, em particular, para a obra de Miguel de Unamuno; em Portugal, é a «Geração da República», com ênfase para Teixeira de Pascoaes, que tem animado, desde 1987, o âmago das nossas investigações.

As páginas que se seguem permitir-nos-ão verificar, desde o *húmus* pátrio, quanto esquecemos (ou queremos esquecer, no íntimo de cada um?), quer as inevitabilidades geográficas, quer as potencialidades de Espanha, o vizinho e, simultaneamente, o inimigo

que enfrentámos, em muitos momentos da nossa História. É, assim, chegada a hora de *ler* Espanha e Portugal desde uma perspectiva geopolítica. Situamos o período germinal da nossa análise na *Questão Ibérica*, por entendermos que a *tradio* é a base da *revolutio* e, também, por estarmos convencidos de que, ainda hoje, há ecos indeléveis daquela polémica, forte, em ambos os Estados peninsulares. São os nossos dias que encerram, na medida do possível, esta meditação que não pretende ser um reservatório de cronologias, ou, sequer, uma mera compilação de dados.

A análise que propusemos fazer foi levada a cabo numa hora difícil para Espanha e para Portugal, para a União Europeia, mas também para um mundo crescentemente globalizado e submetido ao crivo de manipulações ideológicas grosseiras<sup>2</sup>, das ameaças difusas mas não menos perigosas do que as ameaças tradicionais e, em boa medida, da ausência de rumo por parte daqueles que têm a obrigação, moral e política, de dirigir - sem esquecer a satisfação do bem comum - as comunidades humanas. Do passado, para o futuro, fica-nos, hoje, a pergunta: *e agora, o que fazer, Portugal e Espanha, a partir daquilo/daqueles que fomos?*

\* \* \*

No que respeita a todas citações efectuadas, quer em língua espanhola, quer nos restantes idiomas, optámos pela manutenção fidelíssima dos originais, devido ao facto de não encontrarmos razões plausíveis para, naquele que Júlio Fragata considerava ser o *nível de clarificação* do conhecimento teórico<sup>3</sup>, se proceder à tradução de textos que, em termos linguísticos, partem de uma árvore comum. Por outro lado, no que toca particularmente à língua espanhola, consideramos espúria a tradução de vocábulos facilmente compreensíveis, tais como *agua, toro, oro, rey, ley, libertad, nación*. É necessário que, em Portugal, os portugueses conheçam Espanha por intermédio do seu idioma oficial; urge, também, que, em Espanha, Portugal seja conhecido na língua que temos por nossa, graças à herança e tradição comuns, urdidas numa aventura tecida, aquém e além-mar, ao longo de séculos.

\* \* \*

Desejamos, singelamente, prestar o nosso tributo ao Coronel Tirocinado Nuno António Bravo Mira Vaz. Estamos certos de que as sugestões e as críticas que nos apresentou, enquanto Orientador do trabalho de investigação individual do Curso de Defesa Nacional, beneficiaram grandemente o resultado final.

## **2. Panorâmica Da Questão Ibérica**

Sob o ponto de vista político, a Península Ibérica esteve unificada em três períodos: no primeiro, verificado aquando da romanização, durante cerca de oito séculos; no segundo, a partir da união dos reinos visigótico e suevo, durante cento e vinte e seis anos; no terceiro, entre 1580 e 1640, depois da derrota portuguesa em Alcácer Quibir, em 1578,

durante sessenta anos. Temos de reter, ainda, dezoito tentativas de união política falhadas, que tiveram lugar nos séculos XII, XIII, XIV, XV, XVI, em inícios e em meados do século XIX<sup>4</sup>, assim como no dealbar da II República, em Espanha<sup>5</sup>.

Em termos culturais, a termos em linha de conta aquilo que Alberto Martins de Carvalho afirma, a questão ibérica tem sido, para os portugueses, “sempre um problema de letrados e de políticos, isto é, de homens que ambicionam fazer, dirigir ou explicar a história”<sup>6</sup>. Entrementes, em Espanha, o Estado criado a partir do casamento dos Reis Católicos, Isabel I, de Castela, e Fernando II, de Aragão, e impulsionado decisivamente por Carlos V (I, de Espanha), “raros são, mesmo entre os melhores desses homens, os que aceitam sem azedume esta bizarra mutilação que nós representamos no todo geográfico da Península; e os que podiam orientar os governos repetidas vezes quiseram emendar o que lhes parecia defeituoso”<sup>7</sup>.

De qualquer modo, se até 1640, a inter-penetração de Espanha e de Portugal se verificou nos planos mais diversos, outro tanto não ocorreu nos séculos seguintes, devido ao crescente desprestígio de Espanha no concerto das nações, associado ao relativo prestígio de Portugal, patenteado nos séculos XVII e XVIII. Assim, se a questão da união política entre os Estados peninsulares não foi um tema de actualidade, outro tanto não acontece no século XIX/primeiras décadas do século XX. O desejo de integrar num todo político e administrativo a Península Ibérica torna-se, a partir de meados de Oitocentos, uma aspiração de intelectuais portugueses e, em grau não desprezível, de intelectuais espanhóis, a par de ser um desejo alimentado por alguns políticos. Lembre-se que, nas lutas liberais, os portugueses contaram com o auxílio espanhol. Mais tarde, os republicanos e os acratas de ambos os lados da fronteira assumirão projectos comuns. Por outro lado, da Europa chegava, no terceiro quartel do século XIX, aos Estados ibéricos, o impacto da unificação de Itália, a tendência para a unificação da Alemanha, a par da gestação de alguns nacionalismos no campo da prática política.

É a partir do conjunto de factores acabados de referir que nasce o iberismo moderno, entendido em sentido restrito. Em sentido lato, ele fica a dever uma boa quota-parte da sua fundamentação teórica às obras de Pierre-Joseph Proudhon, *Du Principe Fédératif*<sup>8</sup>, dada a conhecer em 1863, e de Francisco Pi y Margall, *Las Nacionalidades*, publicada em 1876<sup>9</sup>. Sem ter tido grande apoio popular, por motivos diferentes em ambos os Estados peninsulares<sup>10</sup>, e usado como arma de arremesso político, quer por republicanos, quer por monárquicos, o iberismo partiu da verificação da impotência, tanto por Espanha, como por Portugal, para assumir um papel protagonista no conjunto das nações europeias, a par das dificuldades sentidas na administração dos próprios territórios ultramarinos.

As tendências iberistas, patenteadas a partir de meados do século XIX, têm três vertentes: a federalista, a unitarista (ambas de signo político) e a cultural. Todas as tendências pretenderam, explícita ou implicitamente, fazer com que os Estados da Península Ibérica retomassem, a partir da união - de tipo político, ou de tipo cultural - o prestígio que, num passado que remonta ao Renascimento, eles ocuparam no contexto

europeu.

Os defensores do federalismo, republicanos e socialistas, propugnaram pela federação ibérica, depois da destruição do centralismo político de Castela. Em Espanha foram partidários da federação ibérica, de entre outros, Sinibaldo de Mas, Juan Álvarez Mendizábal, Leopoldo O'Donnell, Luis González Brabo, Francisco Martínez de la Rosa, Francisco Luxán, Serafín Estebáñez Calderón, Antonio Cánovas del Castillo, Leopoldo Augusto Cueto, Buenaventura Carlos Aribau, Martín de los Heros, Antonio Romero Ortiz, José María Huet, Arturo Marcoartu, Rafael María de Labra, Alejandro Rueda, José María Orense, Pompeyo Gener, Inacio Ribera y Rovira, Juan del Nido y Segalerva, Vicente Gay e Joaquim Cases-Carbó<sup>11</sup>.

No âmbito desta tendência pró-iberista são de salientar:

aa) o movimento surgido em Paris, em 1848, no seio de liberais espanhóis e portugueses, que deu origem ao *Clube Democrático Ibérico*.

ab) *A Ibéria*, de Sinibaldo de Mas<sup>12</sup>, obra iberista de “clara tendência monárquica”<sup>13</sup>, com um prólogo flamante de José Maria Latino Coelho, do qual, anos mais tarde, este se retrataria<sup>14</sup>.

A antessala do livro que, no seio do iberismo, deu origem aos debates mais encarniçados, teve origem na *Revista Militar*, que transcreveu, em Julho de 1849, um artigo da sua homónima de Madrid, no qual se lê: “No animo de todos os espanhoes se robustece palpavelmente a convicção de que no dia em que a Peninsula formar um só povo, ella será para a Europa o mesmo que o leme é para o navio”<sup>15</sup>. A réplica do Coronel Fortunato José Barreiros não deixa espaço de manobra para a especulação quanto à convergência das posições pró e anti-iberistas: “O amor que consagramos á dynastia reinante, descendente de reis, que tão alto elevaram a gloria do nome portuguez, será sempre uma barreira invencivel á lembrada fusão dos dois povos, ainda mesmo quando fôsse possivel transpôr todos os outros obstaculos que a impedem”<sup>16</sup>. E prossegue o autor de “Nacionalidade Portuguesa”: “¿Em taes termos o que é que nos cumpre fazer? Conservar inalteravelmente as mais perfectas relações de amizade entre duas nações, que proveem da mesma origem, que fallam quasi a mesma lingua, que habitam os mesmos climas, e que a natureza formou talvez para constituirem uma só, mas que imperiosas circunstancias, interesses profundamente radicados no sólo, fizeram distinctas; formarmos causa commum para manter a integridade dos respectivos paizes, e repellir corajosamente as intrigas, que tenderem a desunir-nos d’esta alliança, tão util aos dois povos”<sup>17</sup>.

*A Ibéria* foi a obra que, a médio prazo, fomentou o quadro de condições que conduziram à criação da *Comissão Central «1.º de Dezembro»*, em 24 de Maio de 1861. Tendo aglutinado os anti-iberistas portugueses da segunda metade do século XIX, também a integraram ex-soldados de D. Pedro, ex-radicais e um grupo reduzido de legitimistas. O *Manifesto da Comissão Central «1.º de Dezembro»* é claro quanto aos propósitos que a animavam: “Nenhuma rasão politica, moral ou economica, em beneficio commum da Europa, exige que Hespanha formem um só estado (*sic*); e o direito publico europeu, reconhecendo que n’estes ultimos tempos, para todas as annexões e transacções

políticas, como condição indispensável, a vontade manifesta dos povos, não permite que se constranja uma nação, por mais pequena que seja, a abdicar o seu nome, o seu passado, a sua autonomia”<sup>18</sup>.

ac) Depois de Joaquim Maria de Silva ter publicado, em volume anónimo, o “Projecto de Bases para a Constituição Federal dos Estados Unidos da Ibéria”<sup>19</sup>, que constitui, em boa medida, uma reacção àquelas que o autor considerava serem as teses fusionistas d’A *Ibéria*, de Sinibaldo de Mas, um grupo de republicanos divulga, em Madrid, a *Constitución de una República Federal Ibérica*. Karl Marx publicitou, condensada, no jornal norte-americano *New York Daily Tribune*, esta proposta legal que, em face da crise monárquica espanhola, e sem grandes hipóteses de vir a frutificar no campo da prática política, recolhia algum do ideário explícito da Revolução Francesa e dos movimentos de reivindicação social que irromperam na Europa, ao longo da primeira metade do século XIX<sup>20</sup>.

ad) *Proyecto de Federación Galaico-Astur-Lusitano-Leonesa*, publicado em *La Democracia Republicana*, «Periódico Federal Propagandista» de Pontevedra, por J. Alonso y Manjón, em 20 de Junho de 1869.

ae) Primeiras tentativas de organização republicana em Portugal, que despontam em 1873, após a proclamação da República em Espanha.

af) A Assembleia Nacionalista Galega, promovida pelas *Irmandades da Fala*, em Lugo, no mês de Novembro de 1918, propunha, num manifesto da autoria de Villar Ponte, a respeito de Portugal: “Crendo na accidentalidade das formas de governo, intréanos acrarar que non apelamos por ningunha, máis simpatizaremos, dende logo, con aquela que se amoste máis doada para chegare á federación con Portugal”<sup>21</sup>.

ag) A *Federación Anarquista Ibérica*, criada em Valência, em finais do mês de Julho de 1927. Foi na terceira sessão da reunião valenciana, que se colocou o problema da criação da FAI: “Ante la afinidad existente entre la Unión Anarquista Portuguesa y la F. N. de G. A. de España, ¿se debe constituir definitivamente la Unión o Federación Ibérica? Se acuerda dar por constituida la FAI compuesta por la Unión Anarquista Portuguesa y la Federación Nacional de G. A. de España y la Federación de Grupos Anarquistas de lengua española en Francia”<sup>22</sup>. Os participantes na reunião acima referida deliberaram que “uno de los tres de estos organismos asuma temporalmente la representación de la Federación Anarquista Ibérica; que el cargo del Comité Peninsular se traslade periódicamente de un punto a otro, entre Portugal, Francia y España, y que el Comité de la Unión Anarquista Portuguesa tome ahora a su cargo el Comité Peninsular con el auxilio y la información de los Comité (sic) Nacionales de Francia y España”<sup>23</sup>.

ah) Casares Quiroga cria, em 1929, no seio da corrente das *Irmandades da Fala*, sem grande impacte político, a *Organización Republicana Gallega Autónoma* (ORGA), que estava dotada, sob o ponto de vista ideológico, de uma nítida feição iberista federalista.

Representam a defesa do federalismo, como hipótese teórica, em Portugal, de meados do século XIX ao fim da I República, José Félix Henriques Nogueira, Joaquim Maria de Silva, Carlos José Caldeira, Antero de Quental, Teófilo Braga, Oliveira Martins, José Maria Caldeira, José Maria Latino Coelho, José Maria Casal Ribeiro e, na juventude, Sampaio Bruno - opção que o autor classificaria como “errada doutrina”<sup>24</sup>. Deve, ainda, considerar-se como elemento dinamizador da federação ibérica a Maçonaria<sup>25</sup> que, apesar dos

desacordos verificados entre 1849 e 1867, e em 1878, e recusando, em Portugal, a aceitação liminar do iberismo, teve como elemento destacado, no nosso país, aquele que seria seu Grão-Mestre, Sebastião de Magalhães Lima.

Na tentativa de se protegerem contra os ataques dos anti-iberistas, os federalistas portugueses pretenderam, como salienta Sampaio Bruno, unir um Portugal coeso a uma Espanha fragmentada. Ouçamos o doutrinário portuense: “O plano da federação republicana dos Estados peninsulares (não da *Hespanha unida com Portugal isolado* mas, ao contrario, da *Hespanha fragmentada com Portugal unido*) continuava offerecendo para Portugal um prospecto seductor”<sup>26</sup>, na segunda metade de Oitocentos. Magalhães Lima, por seu lado, defende que “o futuro é da federação, porque a federação representa o direito, a razão, a justiça e o progresso”<sup>27</sup>. Deste modo, apontando para a criação da *Federação Latina*, o então director do jornal *O Século* declara: “Queremos, advogamos, e defendemos a federação latina e, como premissa, a federação ibérica”<sup>28</sup>, assente numa base republicana.

O unitarismo caracterizou-se por tentativas de unificação por meio da união de Espanha com Portugal sob uma única coroa e reino, em ordem a suster o desprestígio das monarquias peninsulares.

Neste contexto, são de destacar:

*ba) Liga Hispano-Lusitana*, criada em 1854, por Facundo Infante.

*bb) oferta*, pelo Embaixador de Espanha em Portugal, Ángel Fernández de los Ríos, da coroa espanhola a D. Fernando de Coburgo, pai do Rei D. Luís - em 1869/1870. O relato destas negociações atribuladas deu origem àquele que é, ainda hoje, o *livro negro* do iberismo: *Mi Misión en Portugal. Anales de Ayer para Enseñanza de Mañana*, escrito por Fernández de los Ríos no exílio<sup>29</sup>.

*bc) Asociación Hispano-Portuguesa*, fundada em Madrid, em 4 de Junho de 1871, e presidida por Salustiano Olózaga.

No que respeita ao iberismo cultural, é como seu mentor que Oliveira Martins afirma que não existem uma civilização portuguesa ou espanhola exclusivas, mas sim uma civilização peninsular. Para este autor, *iberismo* significa unidade de pensamento e de acção, mas não significa, em nenhum caso, a unidade política<sup>30</sup>.

Houve, quer ao longo do século XIX, quer nas primeiras décadas do século XX, um conjunto notável de iniciativas promovidas por intelectuais em ordem a fomentar, determinantemente, a aproximação de Espanha e Portugal. Neste âmbito, são de destacar:

*ca) O Progresso*, jornal fundado em Lisboa para continuar a obra d’A *Ibéria*. Nele colaborou, de entre outros, Carlos José Caldeira.

*cb) A Península*, revista portuense que se publicou entre 1852 e 1853, e que se definia como «Jornal Literário e Instrutivo». Foram seus colaboradores, para além de alguns anónimos, Alexandre Braga, António Coelho Louzada, Arnaldo Gama, António Girão,

António Ribeiro da Costa (e Almeida), Custódio José Vieira, Delfim Maria d'Oliveira Maia, F. P. Rego, G. Ribeiro, L. Ribeiro e Pedro Amorim Viana.

cc) *Revue Lusitannienne*, revista efémera de Lisboa, publicada no ano de 1853, por iniciativa de Ortaire Fournier. Nesta publicação, que não sobreviveu ao primeiro número, José Maria Casal Ribeiro respondeu à memória de Sinibaldo de Mas, *A Ibéria*.

cd) *La Iberia*, jornal de Madrid, órgão do *Partido Progresista*, que depois de uma primeira fase entre 1 de Agosto de 1842 e 31 de Março de 1843, foi publicado entre 1854 e 1898.

ce) *La América*, órgão do iberismo pan-hispânico, publicado em Espanha desde 1857.

cf) *Revista Peninsular*, de Lisboa, dirigida por Carlos José Caldeira, que se publicou entre 1855 e 1856, da qual saíram vinte e quatro números.

cg) *El Porvenir Hispano-Lusitano*, revista publicada em Vigo, em Maio de 1858. Segundo Brito Aranha, "o programma dizia que o principal intuito era estreitar as relações de Hespanha e Portugal e tratar do futuro das duas nações da península ibérica"<sup>31</sup>.

ch) *Arquivo Universal. Revista Hebdomadária*, publicou-se em Lisboa, nas oficinas da Tipografia Universal, entre 3 de Janeiro de 1859 - Ano 1º., 1ª. Série, nº. 1 - e 1861 - Ano 2º., 4º. Volume, nº. 10. Esta revista deu a conhecer os artigos de Xisto Câmara sobre "A União Ibérica"<sup>32</sup>.

ci) *A Asociación Peninsular*, criada em 1869, teve como primeiro Presidente da sua Junta Directiva Francisco Salmerón. Entre os seus membros encontravam-se Llano y Persi, José Ramírez de Arellano, Francisco Javier de Mendoza, José Abascal, Eugenio Montero Ríos, Manuel Becerra, Benigno Joaquín Martínez, Ricardo Molina, Simón Goris Benítez, Juan León, Lorenzo Milans del Bosch, Francisco Valdez e Santiago Franco Alonso.

cj) Grupo da *Revista Ibérica*, publicação dirigida desde Madrid por Francisco de Paula Canalejas e publicada entre Outubro de 1861 e Junho de 1863. Foi órgão do iberismo liberal-monárquico.

cl) Na sequência da revolução que destronou, em 1868, Isabel II, Antero de Quental publicou a obra mais radical do federalismo peninsular. Trata-se do opúsculo *Portugal Perante a Revolução de Espanha. Considerações sobre o Futuro da Política Portuguesa no Ponto de Vista da Democracia Ibérica*<sup>33</sup>.

cm) *Jornal República Federal dos Estados Portugueses*, fundado por Felizardo de Lima. Deste periódico lisboeta foram publicados, entre Outubro de 1869 e Abril de 1870 - altura em que foi proibido -, seis números.

O jornal reapareceria em Abril de 1870, sob a direcção de José Cipriano da Costa Goodolfim, com o título *República Federal*, tendo sido editados três números.

cn) *A Gazeta Democrática*, publicada no Porto, existiu em 1870, tendo saído a público oito números. De entre os seus colaboradores figuraram os portugueses Custódio José Vieira, Vieira de Castro, Pedro Amorim Viana e Alexandre da Conceição; entre os colaboradores espanhóis encontramos os nomes de Emilio Castelar, Estanislao Figueras e Roque Barcia.

co) *Jornal O Trabalho. Semanário Democrático*, publicado em Coimbra, pela Imprensa da Universidade, entre 17 de Março e 20 de Junho de 1870. O seu responsável foi Manuel Emídio Garcia, e os principais colaboradores foram Fernando Crisóstomo e Adriano Antero.

cp) *A República*, jornal federalista português, publicado entre Maio e Julho de 1870, graças ao trabalho desenvolvido por Antero de Quental e Oliveira Martins, com o auxílio

de Eça de Queirós e Batalha Reis.

cq) Ángel Fernández de los Ríos organiza, em 1871, os primeiros «trenes de recreo», a preço reduzido, entre Lisboa e Madrid, aproveitando desta maneira, para fins culturais, a linha ferroviária inaugurada em 7 de Outubro de 1866. Da primeira excursão, levada a cabo entre 13 e 20 de Maio, pela empresa dos Caminhos de Ferro de Leste e Norte, com a participação de trezentos e trinta viajantes portugueses, resultaram, para além de diferentes artigos de jornal, “cuatro libros: *Cinco dias em Madrid* por Albano Coutinho Júnior, *Lembrança duma viagem a Madrid* por Teófilo Ferreira, *Uma visita a Madrid* por J. M. Pereira Rodrigues y *Visita a Madrid* por Costa Goodolphim”<sup>34</sup>. No Verão deste ano, o número de veraneantes espanhóis, em Portugal, quase duplica, “alcanzando la asombrosa cifra de mil personas”<sup>35</sup>.

A Exposição de Belas-Artes, realizada em Madrid, em Outubro de 1871, que contou com a presença de artistas plásticos portugueses, convidados pelo Governo espanhol, foi pretexto para a organização de outro «tren de recreo»<sup>36</sup>, iniciativa que não teve continuidade.

cr) *Revista Ocidental*, publicada em Lisboa, ao longo de 1875 - do Tomo I, 1º. Ano, 1º. Fascículo, 15 de Fevereiro, ao Tomo II, 1º. Ano. A pena arguta de Sampaio Bruno declara ter Oliveira Martins contribuído, com esta publicação, “para arruinar a velha casa editora Rolland & Semiond, que lucrara com a revista exclusivamente portuguesa *Artes e Letras*”<sup>37</sup>.

cs) *Liga Literaria Hispano-Portuguesa*, proposta por Clarín no jornal madrilenho *El Porvenir*, no ano de 1882, a partir das sugestões de Francisco Giner de los Ríos, como nos indica Roger L. Utt<sup>38</sup>. O autor de *La Regenta* tem como ponto de partida esta base de entendimento: “Podrá ser discutible si España y Portugal deben juntarse en un solo Estado en breve término; pero no cabe discutir que dos pueblos hermanos se conozcan mejor y, por consiguiente, se estimen más que hasta ahora”<sup>39</sup>.

Roger L. Utt, referindo-se à duração da *Liga* proposta em *El Porvenir*, diz-nos: “A juzgar por el riguroso desconocimiento de este episodio en la historia de las letras españolas del siglo pasado, no creo que la Liga llegara muy lejos”<sup>40</sup>.

ct) *La Ilustración Ibérica*, revista bilingue hispano-portuguesa publicada entre 1883 e 1898, contou com uma elevada quantidade de artigos escritos em português. Desta revista publicaram-se setecentos e trinta números.

cu) *Unión Ibero-Americana*, criada em Madrid, no ano de 1885 - após ter sido apresentada nas páginas da edição de 17 de Outubro de 1884 de *El Liberal* -, e cuja Junta Directiva foi presidida por Mariano Cancio Villaamil.

A *Unión Ibero-Americana*, que editou mais de trezentos volumes e publicou as revistas *Unión Ibero-Americana* e a *Revista de las Españas*, foi a impulsionadora da criação da *Fiesta de la Raza*, celebrada a partir de 1918<sup>41</sup>.

cv) Na sequência do *Ultimatum* inglês, estudantes universitários portugueses, oriundos das Academias de Lisboa, de Coimbra e do Porto, em conjunto com colegas espanhóis, criaram em Madrid, no dia 13 de Abril de 1890, a *Federação Escolar Ibérica*, iniciativa conjuntural, de feição republicana, que aprovou, no Teatro Martín, as seguintes bases de actuação: “1º reciprocidade de acordos internacionais referentes a assuntos escolares, 2º designação de uma comissão mista de ambas as nações, 3º espírito liberal e progressista”<sup>42</sup>.



cx) Reunião republicana, realizada em Badajoz, em 23 e 24 de Junho de 1893<sup>43</sup>, com a participação de delegados espanhóis e portugueses. Tomaram parte nos seus trabalhos, por parte da delegação espanhola, “Salmerón, Rafael Altamira, Verdes Montenegro y Salas Antón”<sup>44</sup>; vindos de Portugal, destacaram-se Jacinto Nunes, Eduardo de Abreu, Teixeira de Queirós, Teixeira Bastos, Magalhães Lima, Gomes da Silva, Alves Correia, Cunha e Costa, Manuel Emídio Garcia, José Bruno de Cabedo, Joaquim Martins de Carvalho e Horácio Ferrari<sup>45</sup>. Guerra Junqueiro, ausente por motivos de saúde, enviou para este evento um discurso, cauteloso quanto à hipótese de união ibérica, entendida no plano político. Nele, recomenda-se: “Unifiquemo-nos em espírito, mas conservemos as fronteiras, tal como estão no nosso território. Só da dualidade sem obstáculos pode nascer a confiança sem limites. Somos irmãos, mas não cabemos juntos na mesma casa”<sup>46</sup>, adverte o autor d’*Os Simples*.

cz) *Iberia*, órgão de comunicação entre as diversas línguas e povos da Península Ibérica, que foi o retomar de uma proposta apresentada por Juan Maragall a Miguel de Unamuno, em 1911. Este projecto, que não se concretizou, seria levado a cabo em Salamanca, para não ferir, quer os anti-catalanistas, quer os anti-centralistas de Espanha, e por esta ser a cidade espanhola mais próxima do centro de Portugal. Ao apresentar, no artigo “*Iberia*”<sup>47</sup>, boa parte do seu iberismo espiritual, o autor basco proclama-o nos seguintes termos: “*Iberia*. Un órgano en que los distintos pueblos que la integran nos comuniquemos en nuestras sendas lenguas. Y téngase en cuenta que no abjuro de mis deseos y mis esperanzas respecto al porvenir de esas lenguas y a su fusión un día. ¡Mas nunca por la fuerza! Nunca aplaudiría métodos como los que para la germanización lingüística ha empleado Alemania en Alsacia y Lorena en Polonia. La unidad es buena y santa, pero cuando es violentada, no es unidad”<sup>48</sup>. Já no final da vida, recém-implantada a II República em Espanha, Miguel de Unamuno - na altura deputado às *Cortes Constituyentes* - afirma ao correspondente do *Diário de Lisboa*: “Um dia, Amós Salvador contou-me que em certa ocasião seu pai, que era ministro das Finanças, ficara substituindo Canalejas na presidencia do ministerio. Afonso XIII, ao sair de Madrid, expuzera-lhe o seu plano de conquista de Portugal, recomendando-lhe que tivesse tudo disposto para invadir o seu país logo que recebesse um telegrama seu. O general Burguete andava em Zamora estudando o plano estrategico”<sup>49</sup>, confidenciou o autor de *Niebla*.

caa) O grupo do *Integralismo Lusitano*, criado em 1913 por monárquicos refugiados na Bélgica, assumiu-se como movimento político-social de orientação anti-liberal, anti-parlamentar e pró-monárquico. Foi seu representante destacado António Sardinha, com a publicação do estudo *A Aliança Peninsular. Antecedentes e Possibilidades*<sup>50</sup>, e a colectânea póstuma *À Lareira de Castela. Estudos Peninsulares*<sup>51</sup>, que reúne artigos escritos durante o exílio, em Espanha. Depois de manifestar, nas conferências realizadas na Liga Naval, em 1915, uma atitude hispanófoba<sup>52</sup>, o pensador de Monforte evoluiu para uma atitude hispanófila de feição conservadora.

O assassinato de Sidónio Pais, em 1918, o fracasso da Monarquia do Norte, em 1919, a morte prematura de António Sardinha, ocorrida em 1925, bem como crise manifestada no seio da causa monárquica depois do falecimento de D. Manuel II, em 1932, levaram à dissolução do movimento, em 1933. Será em Espanha que, em inícios dos anos Trinta, o grupo da *Acción Española* prestará atenção inequívoca às propostas do Integralismo

Lusitano<sup>53</sup>. Ramiro de Maeztu, sediado numa doutrinação conservadora da *hispanidad*, prologará a tradução espanhola da *Aliança Peninsular*<sup>54</sup>; outro tanto acontecerá com o Marquês de Quintanar, tradutor deste livro, que prologará a sua segunda edição<sup>55</sup>. Será, de resto, o grupo da *Acción Española* que, de acordo com Jiménez Redondo, estará na base do *corpus* ideológico do franquismo. Recorde-se que tal grupo terá presente, no seu labor, a influência teórica de António Sardinha, como o prova a estima que acolheu as obras do pensador português<sup>56</sup>.

### 3. O Bloco Ibérico

A conjuntura internacional, decorrente da crise dos anos Trinta, por um lado, e da chegada ao poder de Francisco Franco Bahamonde, em Espanha, e de António de Oliveira Salazar, em Portugal, por outro, alteraram profundamente o relacionamento entre os dois Estados peninsulares, tendo liquidado o dinamismo das associações cívicas e culturais aqui existentes.

A superação violenta da crise do liberalismo, na Península Ibérica, instaurou um monolitismo ideológico que desfez o clima plural que existiu, em Espanha até 1936 e, em Portugal, até 1926. Temos, aqui, a partir daqueles marcos cronológicos, regimes políticos *fortes* que assumem, como traves-mestras, as seguintes coordenadas que visam a recentração nacionalista das perspetivações do mundo:

a) em Espanha, *Una, Grande y Libre*;

b) em Portugal, *Deus, Pátria, Autoridade*.

Há, entre o *Estado Español* e o Estado Novo, como elementos comuns, a coincidência histórica - como anos de origem, o de 1939, para Espanha, e o de 1933, para Portugal; como anos do fim, o de 1975, para Espanha, e o de 1974, para Portugal -, a colaboração efectiva, de ambos os regimes políticos, para assegurar a sua emergência - em Espanha<sup>57</sup> -, para garantir a sua manutenção e, ainda, aquele que foi o desígnio comum: a luta contra o comunismo. É com um pano de fundo que tutela a circulação de pessoas, de bens e da própria informação, que Espanha e Portugal enfrentam um período, longo, que se caracterizará pelo disposto no Tratado de Amizade e Não-Agressão, assinado em 17 de Março de 1939, pelo Protocolo Adicional ao Tratado acabado de referir, assinado em 29 de Junho de 1940<sup>58</sup>, e pelo *Pacto Ibérico*, divulgado publicamente em Lisboa, pelo Conde de Jordana, em Dezembro de 1942<sup>59</sup>. Foi, no entanto, fundamentalmente pela personalidade daqueles que, ao nível máximo, dirigiam os Estados peninsulares que, durante os consulados de Francisco Franco e de António de Oliveira Salazar, se teceram os rumos políticos de Espanha e de Portugal<sup>60</sup>.

Mas se, na fase germinal dos regimes políticos espanhol e português, Francisco Franco e António de Oliveira Salazar protagonizam semelhanças, também encarnam diferenças notórias, patentes em cada um dos Estados ibéricos. Assim, cabe lembrar que o *Estado Español* nasce de uma guerra civil que, ao longo do século XX, não teve par na Europa. É mister termos presentes as palavras acertadas de César Oliveira, a respeito da Espanha

que emerge do conflito de 1936/1939: “A Espanha perdeu na Guerra Civil, directa ou indirectamente, em consequência dos combates, cerca de 630 000 indivíduos, dos quais 245 000 na “zona nacional” e 385 000 na parte republicana. Internados em campos de concentração e em prisões um pouco por todo o território espanhol, havia mais de 250 000 prisioneiros, dos quais foram fuzilados pelos vencedores larguíssimos milhares”<sup>61</sup>. Em contrapartida, o Estado Novo surge a partir de compromissos políticos delicados, tecidos entre os militares - que detinham o poder desde 28 de Maio de 1926 -, a Igreja Católica, os conservadores e os próprios monárquicos. Por outro lado, apesar de Espanha e Portugal se terem transformado em expressões tardias dos fascismos que assolaram o Velho Continente, os dois países divergiram nos modos como fizeram uso dos mecanismos de repressão: Francisco Franco foi, quando comparado com António Salazar, muito mais duro na perseguição àqueles que se lhe opunham do que o Presidente do Conselho português.

*Vizinhos, mas não íntimos*, parece ter sido a máxima implícita que presidiu a uma época em que as diferentes instituições não conseguiram ultrapassar a *esfera formal* do compromisso. Esta evidência verifica-se de modo indelével ao nível da Segurança e Defesa, no qual Espanha e Portugal seguiram caminhos muito diferentes, estando o *Estado Español* apostado no reforço das suas *alianças naturais*, particularmente com a Alemanha e a Itália, até 1942 - num percurso que evoluiu da “não-beligerância” à “neutralidade”<sup>62</sup> -, enquanto Portugal, a partir da sua “neutralidade colaborante”, se decidiu pela opção atlântica. Com efeito, a *ilha de paz num mundo em guerra* concedeu facilidades militares na Ilha Terceira, à Grã-Bretanha, em 1943, a partir da invocação da Aliança anglo-portuguesa. As concessões portuguesas revelar-se-iam fundamentais para a luta anti-submarina no Atlântico Norte tendo os Açores sido, igualmente, um porto de escala crucial para os diferentes teatros de guerra.

Tendo aderido à NATO, em 1949, com a restrição de o Tratado de se aplicar unicamente à metrópole e não às colónias, Portugal foi alvo de críticas fortes e, inclusive, da perplexidade de Espanha. Com efeito, “Espanha considerou a sua exclusão uma contradição inadmissível, tendo em conta os objectivos do Pacto, e pressionou o Governo português para servir de seu advogado junto àquela organização”<sup>63</sup>. Deste modo, “as autoridades espanholas levantaram a questão dos acordos assumidos por Portugal com a Espanha derivados do Tratado de Amizade e de Não-Agressão, de Março de 1939, acrescido com um Protocolo em 29 de Julho do ano seguinte”<sup>64</sup>. Num cenário como o acabado de descrever, Espanha considerava que os acordos acima aludidos “ficavam comprometidos com o ingresso exclusivo de Portugal no Pacto do Atlântico Norte, até porque a Espanha, apesar de não entrar, estaria geograficamente mais vulnerável em caso de guerra. A Espanha acabaria por aceitar o inevitável, dando uma nova interpretação ao Protocolo Adicional ao Pacto de Amizade entre os dois países ibéricos”<sup>65</sup>, graças à habilidade diplomática do Embaixador Pedro Teotónio Pereira, à altura colocado em Washington, e às garantias dadas por Salazar a Franco.

A Espanha privilegiará os contactos bilaterais com os Estados Unidos da América (EUA), que culminarão, em 1953, com a assinatura do Acordo das Bases, acontecimento que

marcou o fim do ostracismo a que o regime do *Caudillo* se achava votado na cena internacional.

A lógica bivalente que acabamos de apontar ganha corpo na economia, área em que a Espanha vai apostar na *industrialização pesada* - da qual foi motor, na fase inicial, o *Instituto Nacional de Industria* (INI) - levada a cabo a partir dos escombros da guerra civil, enquanto Portugal *lerá o mundo* a partir da tríade *católico, rural e conservador*, projectando-se, final e tardiamente, no povoamento e desenvolvimento dos territórios ultramarinos: estamos, pois, ante *economias-mundo* que, de modo tendencialmente autárquico, mais patente no caso português, do que no espanhol, *satisfazem todas as necessidades, a partir de si próprias*. Uma tal diferença de concepções, visível na esfera do *corpus* doutrinal que informou cada um dos Estados, também se verifica ao mais alto nível político: Francisco Franco e António de Oliveira Salazar entrevistaram-se em cinco ocasiões, entre 1942 e 1957 e, até ao abandono do poder, pelo líder português, encontraram-se em 1960 e em 1963 - do nosso ponto de vista, esta indicação de frequências indica, com clareza, o carácter instrumental de que se revestiram, para o antigo Lente da Universidade de Coimbra, as relações bilaterais com Espanha. Recorde-se, por outro lado que, em 1936, ao assumir a pasta da Guerra, Salazar a perspectivara em função da *ameaça espanhola*.

A abertura ao mundo foi, num contexto político como aquele que delineámos, não a abertura desejada, mas a abertura possível. Num período em que o relacionamento entre ambos os Estados foi muito mais político do que cívico, Portugal foi a *janela para o mundo* proporcionada a Francisco Franco durante os anos da proscricção internacional de Espanha<sup>66</sup>, ou seja, aqueles que se seguiram ao triunfo dos aliados, na II Guerra Mundial - 1946-1950<sup>67</sup>.

As salvaguardas diplomáticas portuguesas ante as potências democráticas constituíram um sustentáculo importante para o regime político espanhol, tendo o nosso país avalizado - sem êxito, diga-se - a incorporação de Espanha na NATO, logo a partir de 1949. Em contrapartida, a diplomacia de Madrid, ao passo que evitou dar um apoio explícito ao colonialismo português, condenado em todos os fóruns internacionais a partir de inícios dos anos Sessenta, jamais abandonou a solidariedade moral para com o regime que, por variadas razões, mantinha relações fraternas, apesar de, na Organização das Nações Unidas (ONU), se ter distanciado paulatina e visivelmente das posições portuguesas.

Em 1955, depois de levantado o veto da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que se mantinha desde 1946, Portugal ingressa na ONU<sup>68</sup>. É no âmbito das gestões, feitas em vários planos e em diferentes níveis de importância, que Madrid procura manter-se a par das iniciativas portuguesas, mostrando, inclusive, alguma críspação, visível ao nível da correspondência diplomática<sup>69</sup>. O então Ministro português dos Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha, enuncia, em Salvador da Bahía, em 1957, aquelas que eram, à data, as prioridades da política externa portuguesa: "Em primeiro lugar, a comunidade luso-brasileira, seguidamente a aliança com o Reino Unido, em terceiro a amizade com Espanha, o bom vizinho, e por último a NATO"<sup>70</sup>. Espanha, essa,

focará as suas atenções, além-fronteiras, fundamentalmente na(s) realidade(s) ibero-americana(s), que tomarão corpo, em 1954, com a criação da União Latina<sup>71</sup>.

Um outro plano de diferenças, entre Espanha e Portugal, está ligado à evolução dos regimes políticos peninsulares. Enquanto Francisco Franco “*tinha definido a sucessão, delinear horizontes, apontando para um regime monárquico*”<sup>72</sup>, António de Oliveira Salazar não pôde, ou não quis, que o regime evoluísse, impedindo claramente que terceiros tomassem a iniciativa nesta área. Deste modo, como declara Ana Vicente, “*enquanto a Espanha modernizava as suas estruturas económicas e iniciava uma reforma do ensino, em Portugal optava-se por abrir frentes de guerra em África descurando-se qualquer negociação, e continuava a falar-se em corporativismo*”<sup>73</sup>. No ocaso do Estado Novo, deve dizer-se que Portugal chegou ao ponto, em nosso entender estranho, de confundir a política externa com a política ultramarina.

#### **4. No Cerne da União Europeia**

Em 25 de Abril de 1974, a partir de uma iniciativa *manu militari*, verificava-se o colapso do Estado Novo. O *Estado Español* entraria em agonia em 20 de Novembro de 1975, com o falecimento de Francisco Franco, dando origem à etapa da transição. Portugal lidava, dilematicamente, com o problema africano, aberto em três frentes militares, sem que, no próprio campo militar, se desenhassem hipóteses para a sua solução: Angola, Guiné e Moçambique. Espanha, que abandonara o estatuto de potência colonial em 1898, mantinha o problema do Sahara Ocidental, do qual se desfez apressadamente em 28 de Fevereiro de 1976<sup>74</sup>; Portugal optou pela descolonização dos territórios africanos, subjugado pelas pressões, internas e externas, que à época se faziam sentir. Salvaguardando a desproporção das desgraças, também aqui se verificam, mais uma vez mais, semelhanças: as descolonizações, espanhola e portuguesa, feitas no século XX permanecem, ainda hoje, como problemas insolúveis, tanto em termos teóricos, quanto (e esta é uma faceta particularmente dramática) em termos vivenciais.

A partir de 1974/1975, será a Europa que polarizará as atenções, quer de Espanha, quer de Portugal. Antes, porém, teremos, em ambos os Estados peninsulares, momentos de tensão particularmente agudos. É um Francisco Franco *socarrón* que, a partir dos acontecimentos que agitavam Portugal, avisa: “Os dois países peninsulares são como irmãos siameses e se um adoecer e morrer, o outro terá de carregar o morto”<sup>75</sup>. A *doença* verificada com o incêndio da Embaixada de Espanha, em Lisboa, e a colaboração com a *Euskadi Ta Askatasuna* (ETA) e o *Frente Revolucionario Antifascista y Patriota* (FRAP), durante o *Verão Quente*, em 1975, pareceram dar razão a Franco, quanto aos perigos de exportação de uma *revolução em estado puro*, para Espanha.

Na sequência da condenação à morte de cinco militantes anti-franquistas, em 27 de Setembro de 1975<sup>76</sup>, manifestantes assaltaram e destruíram a Embaixada, a Chancelaria e o Consulado-Geral de Espanha, em Lisboa, e o Consulado de Espanha, no Porto. Os incitamentos à participação nas manifestações foram transmitidos pela Rádio Renascença

e pelo Rádio Clube Português, defendendo “uma grande noite de solidariedade com o povo de Espanha, incitando as pessoas a estarem presentes”<sup>77</sup>. O Estado português não actuou. O Presidente da República, General Costa Gomes, na altura a caminho da URSS, admitiu, mais tarde tratar-se de um conjunto premeditado de acções<sup>78</sup>. Atribuído ao FRAP e à União Democrática Popular (UDP), este é, ainda hoje, um dos episódios de *agit-prop* mais obscuros da alvorada da III República, em Portugal.

A ETA teve, durante o período em apreciação, o apoio, logístico e moral, de grupos radicais portugueses, nomeadamente aquele que foi proporcionado pela Liga de Unidade e Acção Revolucionária (LUAR) e pelo Partido Revolucionário do Proletariado/Brigadas Revolucionárias (PRP/BR)<sup>79</sup>. Outro tanto aconteceu com a UDP, que não se coibiu em servir de plataforma de informações ao FRAP<sup>80</sup> - Francisco Franco, em contrapartida, acolheu quantos, afectos ao Estado Novo, quiseram desenvolver acções mais ou menos bélicas, em solo português: o Exército de Libertação de Portugal (ELP), o Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP) e a restante máquina contra-revolucionária portuguesa organizaram-se “com o conhecimento, colaboração e apoio do governo”<sup>81</sup> presidido por Carlos Arias Navarro.

Depois de, em 1977, Portugal e a Espanha terem solicitado a adesão à então Comunidade Económica Europeia (CEE), ambos os países entraram assinaram o tratado de adesão em 12 de Junho de 1985. Assiste-se, a partir de então, ao reconhecimento internacional da consolidação democrática e, igualmente, à crescente integração da Península Ibérica nos circuitos decisórios, tanto europeus, quanto mundiais. Este foi, contudo, um processo que, em ambos os Estados, não esteve isento de escolhos.

Em Espanha, o impacte das acções terroristas, herdadas do tempo de Francisco Franco<sup>82</sup>, e as clivagens sócio-políticas fizeram com que, em repetidas ocasiões, se verificasse, durante a transição, a ameaça de intervenções militares. A mais importante foi aquela que teve lugar em 23 de Fevereiro de 1981. Os seus antecedentes directos merecem ser postos em evidência. A ameaça de intervenção, por parte das Forças Armadas, esteve presente devido à fidelidade que mantiveram para com Francisco Franco, que conseguira uma disciplina forte em torno da sua pessoa e do seu projecto político, disciplina que, em parte, D. Juan Carlos I herdou, tendo tentado manter, com as Forças Armadas, relações fluidas com aquele que foi um sector-chave, quer para a sedimentação da democracia, quer para a estabilidade da própria Monarquia.

Em finais de 1980, um documento dos Serviços de Informação, *Panorámica de las Operaciones en Marcha*, punha em evidência a preparação de quatro conspirações militares:

- operação dos *Tenientes Generales*;
- operação dos *Coroneles*;
- operação dos *Espontáneos*;
- operação de carácter misto, político e militar<sup>83</sup>.

A operação mais importante, a dos *Tenientes Generales*, era encabeçada por Alfonso

Armada e Jaime Milans del Bosch, tendo o apoio significativo dos Capitães Generais. O seu objectivo consistia em impedir a ocorrência de um “golpe duro”, oriundo naquele que fora, na Instituição Militar, o sector-chave de apoio ao franquismo, isto é, os *Coroneles*. Com o controlo de parte dos Serviços de Informação, esta conspiração dava a entender, pelas práticas discursivas dos seus protagonistas, o apoio, pelo menos implícito, do Rei. O dia escolhido para a realização da operação foi 23 de Fevereiro de 1981, o dia em que as *Cortes* iriam debater a investidura de Leopoldo Calvo Sotelo no cargo de Presidente do Governo, em substituição de Adolfo Suárez: tratava-se de sequestrar os poderes Executivo e Legislativo, mobilizando as tropas das diversas *Capitanías Generales*, em ordem a forçar a eleição de outro Presidente do Governo, Alfonso Armada.

O assalto ao *Congreso de los Diputados* foi comandado pelo Coronel Antonio Tejero Molina que, com 445 membros da *Guardia Civil*, declarou aos seus homens o propósito de ir “a defender al Rey”<sup>84</sup>. Ocupada a *Radiotelevisión Española* (RTVE), que começou a emitir música militar, e os principais edifícios e artérias da cidade de Valencia, onde Milans del Bosch fez publicar um “bando” semelhante aos da guerra civil, os insurrectos aguardavam o apoio das demais *Capitanías Generales*: a divisão entre os golpistas e a sua incapacidade para ocupar militarmente Madrid, a par do comportamento de D. Juan Carlos I, que interveio, pessoal e determinadamente<sup>85</sup>, para abortar o golpe, fizeram com que, na manhã seguinte, tivessem início as negociações para a rendição dos revoltosos do 23-F.

O caso português, no qual temos um golpe militar, protagonizado por oficiais de baixa patente, ao qual se seguiu uma revolução - com momentos particularmente delicados no período de tempo compreendido entre 25 de Abril de 1974 e 25 de Novembro de 1975, o chamado *Processo Revolucionário em Curso* (PREC) - terá a presença dos militares, com influência decisória na vida política, até à extinção do Conselho da Revolução, em 1983. Uma vez abandonados os territórios coloniais, em 1974 - a partir do reconhecimento, de facto, da independência da Guiné, em 10 de Setembro<sup>86</sup> - e 1975 - Moçambique, 25 de Junho; São Tomé e Príncipe, 12 de Julho; Angola, em 11 de Novembro - é chegada a hora da opção europeia.

Membro do Conselho da Europa, desde 22 de Setembro de 1976, o primeiro Governo socialista, presidido por Mário Soares, enfrentará a necessidade de adoptar um conjunto de medidas “des-socializantes”, que tiveram em vista o desmantelamento de muitas das conquistas, de pendor radical, que se seguiram ao 25 de Abril.

Espanha, que em termos de política exterior, concebeu e procurou realizar, desde os inícios da transição, o projecto de “ser una potencia media capaz de jugar un importante papel en su marco geopolítico regional, sobresaliendo dos coordenadas: una, primordial, Europa occidental, y otra - otras -, definida por la proyección iberoamericana y el mundo árabe”<sup>87</sup>, viveu alguns sobressaltos. Um deles, porventura o mais complexo, foi o referendo espanhol à entrada do país na NATO, realizado em 12 de Março de 1986.

Numa fase inicial, o Governo da *Unión de Centro Democrático* (UCD), presidido por

Adolfo Suárez, não manifestou interesse em integrar Espanha na NATO, tanto por o próprio Adolfo Suárez não ter desejado tomar uma decisão a este respeito, como devido ao facto de as esquerdas manifestarem a sua oposição veemente à entrada de Espanha na Organização. Marcelino Oreja declarou, em 1980, que o seu país solicitaria, no ano seguinte, a candidatura à NATO; iniciava-se, aqui, a quebra de consenso num dos temas-chave da política exterior, quebra esta que arrastou o Governo para um conflito com as esquerdas com representação parlamentar, que contribuiu para degradar a popularidade daquele. Foi Calvo Sotelo quem decidiu a entrada de Espanha na Aliança Atlântica: a adesão fez-se de maneira rápida, sem especificar a modalidade em que se efectuou. Deste modo, o Governo espanhol apresentou, em Washington, em 30 de Maio de 1982, o protocolo de adesão à NATO, tendo os socialistas e os comunistas levado a cabo uma campanha anti-NATO que modificou a sensibilidade de opinião pública para com esta questão.

Já no poder, o *Partido Socialista Obrero Español* (PSOE) mudou de posição, tendo congelado o processo de integração na estrutura militar da NATO, ao tempo que manteve o compromisso de celebrar um referendo, para que os espanhóis decidissem sobre a permanência do país na Organização. Até à realização do referendo, o PSOE travou uma batalha dura para convencer a opinião pública das vantagens da manutenção de Espanha na NATO, desfazendo, assim, aquilo que construía durante o Governo da UCD. Os conservadores, agora na oposição, optaram pela abstenção neste tema, esperando a derrota política do Governo. No entanto, os resultados do referendo foram claros: 52,5% a favor da manutenção de Espanha na NATO e 39,8% contra. A partir de agora, o Governo socialista pôde concluir a abóbada do sistema espanhol de Segurança e Defesa assinando, em 14 de Novembro de 1988, o protocolo de adesão de Espanha à União Europeia Ocidental (UEO) e, em 1 de Dezembro do mesmo ano, o novo Convénio de Defesa com os EUA.

Portugal, o vizinho de sempre, a Ocidente, não ficou indiferente à entrada - e aprovação em referendo daquela - de Espanha na NATO. Com efeito, tal como afirma Maria João Seabra, o nosso país “sentiu-se ameaçado pelas suas possíveis ambições geoestratégicas. Pela primeira vez na História, Portugal enfrentava a situação peculiar de pertencer ao mesmo sistema de alianças que a Espanha, quando a sua política de alianças internacionais tivera sempre como pedra de toque a diferenciação das funções estratégicas dos dois territórios peninsulares”<sup>88</sup>. Entrementes, recorde-se, “a entrada de Espanha na NATO veio pôr seriamente em causa o mito da relação privilegiada com os Estados Unidos, que já tinha ficado muito abalado com a celebração do Tratado Hispano-Americano de 1976”<sup>89</sup> e, igualmente, com o Acordo para a Troca de Informações, de 1980<sup>90</sup>, bem como com o Acordo para a Cooperação Espacial, assinado entre Espanha e os EUA, em 1989 - alargamento do âmbito do Acordo assinado em 1984<sup>91</sup>. De qualquer modo, foi de modo bipolar, aderindo à CEE e à NATO, que Espanha encerrou uma etapa de isolamento, situando a opção europeísta no primeiro plano das suas preocupações.

No dealbar do terceiro milénio, as relações entre Espanha e Portugal deparam com dois tipos de dificuldades, patentes ao nível intra e extra-peninsular. Assim, tendo em conta o



primeiro dos planos, devemos considerar os seguintes aspectos:

- Portugal ainda não repeliu, completamente, o facto de Espanha constituir uma ameaça. Tal atitude motivou, em meados dos anos Noventa, as queixas em relação ao “desequilíbrio da balança comercial portuguesa e o caso Totta-Banesto, que se incluem naquilo que genericamente se designa por *invasão comercial espanhola*, e o plano hidrológico espanhol”<sup>92</sup>. Mais recentemente, também na esfera económica, assistimos ao enfrentamento entre Portugal e Espanha/Comissão Europeia, no âmbito do caso Mundial Confiança-Banco Santander. Apesar de, sob o ponto de vista económico, Espanha ser hoje, preocupantemente, o desigual parceiro de Portugal<sup>93</sup>, quando esta questão é afluída, em público, normalmente fala-se dos prejuízos infligidos ao *interesse português*. Este tipo de interpretação, de feição nacionalista, é tanto mais despropositado quando é feito desde uma Europa formalmente apostada em concretizar uma arquitectura pós-nacional.

- Sendo visível o facto de a Espanha de hoje tender para um Estado Federal, ela não consegue resolver o problema separatista<sup>94</sup>, com ênfase para o País Basco e para a Catalunha. No primeiro dos casos, a via armada, assumida pela ETA com particular violência, depois de, em 3 de Dezembro de 1999, ter quebrado as “tréguas” declaradas na sequência das reacções cívicas ao assassinato de Miguel Ángel Blanco, em 12 de Julho de 1997, parece não ter uma saída política clara<sup>95</sup>, enquanto as urnas oriundas dos actos terroristas se vão espalhando por todo o país.

Em contrapartida, no que respeita à Catalunha, o *President de la Generalitat*, Jordi Pujol adoptou uma estratégia muito diversa da do nacionalismo basco. Com efeito, em lugar da defesa, pelas armas, da independência da nação de Jacinto Verdaguer, o catalanismo tem apostado, com êxito assinalável, no aprofundamento da auto-determinação, desenvolvendo uma autonomia que dá, à Catalunha, poder negocial directo nos organismos internacionais.

- Apesar de, no seio da União Europeia (UE), não se discutirem as quatro liberdades essenciais do Mercado Comum, i.e., a circulação de pessoas, capitais, bens e serviços, estamos na presença de dois problemas territoriais, sem solução aparente. Referimo-nos a Gibraltar e a Olivença. No primeiro dos casos, as negociações entre o Reino Unido e Espanha permitiram consolidar um estado de excepção jurídico que, tenhamos-lo presente, não é do agrado de ambos os Estados. O Governo do *peñón*, dirigido por Peter Caruana é, afinal de contas, o compromisso inevitável entre o estatuto de autonomia e o da existência, na prática, de uma colónia. Expressa aquilo que acabamos de afirmar o *Acordo de Lisboa*. Assinado entre a Grã-Bretanha e Espanha, em 10 de Abril de 1980, o *Acordo* declara:

“The Spanish Government, in reaffirming its position on the re-establishment of the territorial integrity of Spain, restated its intention that in the outcome of the negotiations the interests of the Gibraltarians should be fully safeguarded. For its part the British Government will fully maintain its commitment to honour the freely and democratically expressed wishes of the people of Gibraltar as set out in the Preamble to the Gibraltar Constitution”<sup>96</sup>. Por outro lado, este documento, destinado a resolver *in a spirit of friendship*, o problema de Gibraltar, dispunha: “Officials on both sides will meet as soon as possible to prepare the necessary practical steps which will permit the implementation of the proposals agreed to above. It is envisaged that these preparations will be

completed not later than 1 June”<sup>97</sup>.

Vinte anos depois da assinatura do *Acordo de Lisboa*, em 19 de Abril de 2000, o Representante Permanente da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte ante a UE, J. S. Wall, escreve aos demais Representantes Permanentes dos Estados da UE, no sentido de fazer *lobbying* a favor das posições britânicas acerca de Gibraltar. As queixas de J. S. Wall referem-se a áreas que revelam o impasse em que caiu o *Acordo de Lisboa*: a emissão de bilhetes de identidade, a cooperação policial e os assuntos internacionais<sup>98</sup>.

Olivença é, para o espanhol médio, um assunto que pertence à História e, para o português médio, é o território que nos roubaram - trata-se, na verdade, do incumprimento, por Espanha, das disposições constantes no Tratado de Viena, de 9 de Junho de 1815. Diplomáticamente, desde inícios do século XIX aos nossos dias, Olivença faz parte de um litígio que, na prática, nenhum Governo português, na Monarquia e nas Repúblicas, teve capacidade para resolver. Civicamente, a reivindicação de Olivença tem sido feita pelo Grupo dos Amigos de Olivença<sup>99</sup>; politicamente, e em termos simbólicos, a recusa para se proceder à reconstrução da ponte da Ajuda reflecte o facto de Portugal não querer reconhecer, *de iure*, como território espanhol as terras alentejanas que hoje integram a Provincia de Badajoz<sup>100</sup>.

Ao considerarmos as possíveis dificuldades extra-peninsulares, a curto-médio prazo, temos de ter presentes as seguintes variáveis<sup>101</sup>:

- Há a possibilidade, pelo menos teórica, de virmos a ter um cenário geoestratégico no qual a UE se afaste, progressivamente dos EUA<sup>102</sup>. Aqui, munida de identidade e recursos de defesa próprios, materializados no futuro *Exército Europeu*, a UE poderia querer constituir-se, explícita e formalmente, contra os EUA.

A partir das sinergias geradas pela sua capacidade económica, poderíamos assistir ao investimento forte na *Europa Fortaleza* que disputaria, no terreno, aos EUA, mercados e espaços mundiais dotados de interesse primordial<sup>103</sup>. Teríamos, assim, uma UE progressivamente alargada a Leste do Velho Continente e, no mundo, suficientemente agressiva para impor junto de terceiros, a sua vontade<sup>104</sup>. No entanto, este cenário é portador, ao nível intra-estatal, de duas das ameaças maiores que podem fazer implodir a própria Europa. Referimo-nos ao problema separatista e às reivindicações de índole nacionalista. Entrementes, como referiu Nuno Severiano Teixeira, na UE que se prospectiva actualmente, há “um consenso sobre a necessidade da permanência, senão mesmo do reforço, do vínculo transatlântico. Não é possível construir a IESD contra a NATO e contra os Estados Unidos. A IESD pode e deve construir-se com os Estados Unidos e com a NATO”<sup>105</sup>, pelo que “o vínculo transatlântico é um dado consensual”<sup>106</sup>, apesar dos percalços recentes, verificados aquando da guerra do Iraque.

- Podemos, em contrapartida, admitir e defender o reforço do pilar europeu da NATO no seu próprio seio, estando cientes da mais-valia que representa, quer para Espanha, quer para Portugal, a aposta neste cenário. O conceito estratégico da NATO, aprovado na Cimeira de Washington, realizada em Abril de 1999, reformula os seus antigos conceitos sobre a Defesa e Segurança europeias, incluindo um novo parâmetro designado por *crises management operations* (operações de gestão de crises), a parceria de cooperação

e diálogo com os aliados, reforçando o elo transatlântico. Tenhamos em atenção o conteúdo de *Reader's Guide to the NATO Summit in Washington*<sup>107</sup>.

Neste contexto, a segurança da Europa e dos EUA é indivisível. Para alcançar uma maior operacionalidade, a Aliança debruça-se sobre os quatro temas principais, que são a segurança, a consulta, a dissuasão e a defesa. Para aumentar a segurança e estabilidade da área euro-atlântica, verificou-se a introdução dos conceitos de *gestão de crises* e a *parceria*. O primeiro está relacionado com uma prevenção efectiva de conflitos e um envolvimento activo na sua própria gestão, incluindo operações de resposta de crises; o segundo visa promover a cooperação e o diálogo com outros países na área atlântica.

Os EUA, com o fim da Guerra Fria e a conseqüente desmobilização militar, traduzida pela retirada de dois terços das suas forças, fizeram entender que a Europa deverá encontrar a sua própria identidade de Segurança e Defesa, traduzida num aumento dos seus esforços militares no sentido de missões de fins humanitários e de gestão de crises, ou seja, as *missões de Petersberg*.

Ante a necessidade da criação do *Exército Europeu*, deve caber à Europa a gestão da sua própria defesa, apesar das suas fraquezas nos domínios de tecnologia, que se encontra na posse dos EUA. Deste modo, de acordo com o novo conceito estratégico da NATO, "in an uncertain world the need for effective defence remains, but in reaffirming this commitment the Alliance will also continue making full use of every opportunity to help build an undivided continent by promoting and fostering the vision of a Europe whole and free"<sup>108</sup>.

\* \* \*

Pela primeira vez, na História, Espanha e Portugal tornaram-se membros do mesmo leque de alianças políticas e militares. Ora, o estado actual das relações entre Espanha e Portugal, muito distendidas, levou bastantes analistas a considerar, numa leitura desprevenida que, doravante, o *perigo espanhol* dera lugar a uma fase intemporal de paz e cooperação, frutuosa para a Península Ibérica.

Se é certo que as relações bilaterais entre Espanha e Portugal passaram a ser a de parceiros integrados numa mesma Comunidade, na qual ambos se esforçam em "tentar construir bases que permitam a adopção de posições comuns no que se refere à própria construção europeia"<sup>109</sup>, também não devemos esquecer que "as relações entre Portugal e Espanha não parecem ainda suficientemente consolidadas para resistirem a períodos de crise, tanto económica como política. A tentação nacionalista portuguesa é ainda demasiado forte, impedindo que a relação com Espanha se desenvolva de forma saudável, e realista"<sup>110</sup>, ao passo que a "Espanha parece ainda não ter confiança suficiente em Portugal para procurar desenvolver uma efectiva relação de parceria"<sup>111</sup>.

Ainda hoje Espanha tem, de si própria, a noção de realidade política *inferior*<sup>112</sup>, vítima da sua própria *lenda negra*. Portugal, esse, assume o sonho imperial e, a um tempo, reclama da incompreensão do vizinho, qual Áustria em relação à Alemanha, qual Canadá em relação aos EUA. Em pleno processo de integração europeia, assumimos, íntima e cautelosamente, o drama de termos de ser, na Península Ibérica, Estados

incompreendidos pelo vizinho que a geografia impôs.

Se a absorção de Portugal, por Espanha é, actualmente, uma irreabilidade grotesca, as palavras do Padre António Vieira têm, do político ao empresário obscuro, hoje em dia, uma relevância inquietante: “Todos nos cansamos em guardar Portugal dos Castelhanos, e devêramo-nos cansar mais em o guardar de nós. Guardemos o nosso Reino de nós, que nós somos os que lhe fazemos a maior guerra”<sup>113</sup>.

## 5. Conclusões

Ao admitirmos que, hoje em dia, as questões relativas à Segurança e à Defesa não se confinam unicamente ao segmento militar da sociedade, desejámos reflectir sobre o fundamento das relações entre Espanha e Portugal, tal como elas tomaram forma, em termos modernos. Assim, devemos considerar três períodos estruturantes para a análise da problemática que nos ocupa:

1º. 1849/1851 até 1936 - esta é, *grosso modo*, a fase da *Questão Ibérica*, que suscitou as concomitantes reacções anti-iberistas. Esta foi, em nosso entender, a época dos *escóis*.

2º. 1939-1975 (1933-1974) - etapa do *Estado Español*, em Espanha, e do Estado Novo, em Portugal. O *Bloco Ibérico* é, por excelência, a fase dos *políticos*.

3º. de 1974/75 à actualidade - implantação da democracia na Península Ibérica, com a adesão à CEE e a assunção do projecto europeu, quer por Espanha, quer por Portugal. Este é, ainda em evolução, o tempo dos *cidadãos*.

Os períodos acabados de apontar não são nichos patrimoniais de qualquer grupo social específico, assumindo-se, isso sim, como domínio comum dos diferentes povos peninsulares e, inclusive, como elemento condicionador da sua evolução. No entanto, urge ter presente o seguinte facto: os nossos dias não se compadecem com o amadorismo ou, sequer, com o voluntarismo, na hora de tomada de decisões. É necessário agirmos consciente e livremente, desde que saibamos, com conhecimento de causa, como sabemos, o que significa aquilo que sabemos, como podemos provar quanto sabemos. Assim, ante a necessidade de agirmos, num mundo em que a globalização aboliu as fronteiras políticas, importa reter aqueles que, em nosso entender, são os três planos em que se processa qualquer tipo de intervenção<sup>114</sup>:

- *o que fazer* - remete-nos para a determinação;
- *por que fazer* - leva-nos para o campo da justificação;
- *como fazer* - indica-nos o plano da realização.

Os planos acima referidos obrigam-nos, necessariamente, a ter em consideração as concepções últimas que cada um de nós tem sobre o mundo e a vida. Eles remetem, no campo que, aqui, é objecto de estudo, para os valores e para as valorações que desejamos ver assumidos, desde a esfera da autenticidade, quer em relação ao nosso país, quer em relação ao país vizinho. No entanto, como afirma Eduardo Lourenço, “o antiespanholismo é a doença infantil do nosso nacionalismo que está já longe de ser o radical amor sem complexos de nós mesmos”<sup>115</sup> - pelo menos, em sectores significativos da sociedade

portuguesa. Em contrapartida, é tida por certa, junto de alguns dos segmentos que, sociologicamente, contam na hora de tomada de decisões que, doravante, Espanha e Portugal serão *amigos para sempre*. Este é, do nosso ponto de vista, um devaneio, tecido com pouco conhecimento e conseqüente escassa capacidade analítica.

A consciência dos valores pátrios é determinante para o reforço de uma identidade nacional, qualquer que ela seja. Esta linha de pensamento não visa fazer, de Portugal, um *reduto imaginativo* face à modernidade e à inovação, mas pretende, outrossim, que tenhamos consciência de quem somos, e do que queremos, no concerto das nações. Temos de ter presentes, também, o alcance - instrumental e final - dos projectos que animam, e podem fortalecer, a essência da portugalidade. Numa época em que os valores do espírito se acham em crise, e em crise profundíssima, é mister sabermos quem fomos, para determinarmos, recta e sãmente, quem desejamos ser.

O conhecimento do passado diz-nos que, quaisquer que os nossos projectos de sociedade tivessem sido, sempre encontrámos, a favor ou contra nós, Espanha. *Conviver, para viver*, é uma máxima que se impõe, tanto a Espanha, quanto a Portugal: conheçamo-nos, pois, mais do que não seja para dissentir. Muito do que somos, na Península Ibérica, temo-lo sido reactivamente e à mercê das oportunidades conjunturais. Cremos ser chegado o momento de sermos, espanhóis e portugueses, propositiva e afirmativamente, sendo portadores de genuínos projectos civilizacionais, de feição ecuménica.

Se, actualmente, não antevemos a possibilidade de um conflito armado entre Espanha e Portugal, tão pouco sabemos aquilo que o futuro nos reserva. Não podemos, contudo, admitir que o clima de expansão económica, que se verificou até recentemente, regressará para permanecer *até ao fim dos tempos*. A História ensina-nos que a ideologia, usada como *ilusão massiva, tida por necessária*, se serviu, em múltiplas ocasiões, do vizinho da porta em frente para acenar com o espantinho pré-bélico. Deste modo, é mister que Espanha e Portugal se conheçam, e que ambos os Estados da Península Ibérica conheçam *os mundos que portugueses e espanhóis criaram*. Custa-nos acreditar que, num clima de europeização feérica, como é aquele que vivemos, os portugueses sejam mais xenófobos para com os espanhóis do que para com qualquer outro conjunto de povos - e vice-versa. É inadmissível que, relativamente à Ibero-América, países como o Chile, o Paraguai as Honduras ou a Bolívia não consigam dizer-nos algo que ultrapasse a fronteira do *exótico*. Apesar do muito que foi feito para aproximar Espanha e Portugal, e os Estados Peninsulares e a(s) América(s), aos níveis mais diversos, desde meados dos anos Setenta, muito está ainda por fazer.

\* \* \*

Estaremos, neste início de século, a cumprir na Península Ibérica, o sonho iluminista de Immanuel Kant, i.e., *a paz perpétua*? Tudo leva a crer que, inclusive na era da informação, as grandezas e as misérias de sempre aflorarão e, mais dia, menos dia, as crises e alguns dos antagonismos multi-seculares virão à superfície. Temos a obrigação, aquém e além-fronteiras, de saber, para prever, para prover. Se assim for, é legítimo termos presente - tanto enquanto pessoas, como enquanto povos - aquilo que parece

termos esquecido, há já bastante tempo: *néscio é quem cuida que outro não cuida.*

## **Bibliografia**

AAVV, *Portugal e o Novo Quadro Internacional. I Seminário de Atualização dos Auditores dos CDN*, Col. "Defesa Nacional", n.º. 6, Lisboa, Edição da Revista «Nação e Defesa», 1993.

AAVV (Prefácio de Pelágio Manuel de Abreu Castelo Branco), *Nacionalismo e Patriotismo na Sociedade Portuguesa Actual*, Col. "Defesa Nacional", n.º. 3, Lisboa, Edição da Revista «Nação e Defesa», 1989.

AAVV, *Defense. Data Exchange. Agreement Between the United States and Spain*, Col. "Treaties and Other International Acts Series", n.º. 12.376, Washington, Department of State, 1980.

AAVV, *Space Cooperation. Agreement Between the United States of America and Spain*, Col. "Treaties and Other International Acts Series", n.º. 12.208, Washington, Department of State, 1989.

AAVV, *Convenio Constitutivo de la Unión Latina*, Madrid, 15 Mayo 1954, (e *Resolución Número 11 (XIV) que Enmienda el Artículo XIII del Convenio Constitutivo de la Unión Latina*, París, 7 Diciembre 1994), 11 pp., texto policopiado [Madrid, Ministerio de Asuntos Exteriores].

AAVV, *The Reader's Guide to the NATO Summit in Washington. 23-25 April 1999*, Bruxelas, NATO-Office of Information and Press, 1999.

AAVV, *Joint Anglo/Spanish Statement: The Lisbon Agreement by the Spanish Foreign Minister Sr Marcelino Oreja and the Foreign Secretary Lord Carrington*, 10 April 1980, 24.VIII.2000, <http://www.gibnet.com/texts/lisbon.htm>, 2,9 K.

AAVV, *The April 2000 Anglo-Spanish Agreement*, 24.VIII.2000, <http://www.gibnet.com/texts/anglosp1.htm>, 11 K.

AAVV, *Portugal e a Identidade Europeia de Segurança e Defesa. Mesa Redonda*, Lisboa, Centro de Estudos-EuroDefense-Portugal, 1999, Caderno n.º. 1.

ANON., "O Momento Político Espanhol. D. Miguel Unamuno Afirma-nos que o Estatuto da Catalunha não Chegará a Ser Votado e Faz-nos Revelações Sensacionais Sobre um Plano de Invasão do Nosso País pelo Exército Espanhol", *Diário de Lisboa*, Lisboa, Ano XI, n.º. 3.160, 12.VIII.1931, p. 8.

ANTONIO MOLINA, César (Prólogo de José Saramago; Epílogo de Ángel Crespo), *Sobre el Iberismo y Otros Escritos de Literatura Portuguesa*, Col. "Akal/Bolsillo", n.º. 192, Madrid, Ediciones Akal, 1990.

ANTONIO ROCAMORA, José (Prólogo de Celso Almuiña), *El Nacionalismo Ibérico. 1792-1936*, Col. "Serie Historia y Sociedad", n.º. 36, Valladolid, Secretariado de Publicaciones-Universidad de Valladolid, 1994.

BAGOLINI, Luigi, "Ideologie e Scienze Sociali", in AAVV, *Ideologia e Filosofia. Atti del XXI Convegno del Centro di Studi Filosofici tra Professori Universitari-Gallarate 1966*, Brescia, Morcelliana, 1967, pp. 125-138.

BARREIROS, Coronel [Fortunato José], "Nacionalidade Portuguesa", *Revista Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional, Tomo I, n.º. 7, VII.1849, pp. 434-440.

BESSA, João Manuel de Andrade Pinto; SÉRGIO, Joaquim Augusto da Silveira; DIAS, J. M. de Barros; OLIVEIRA, Manuel da Silva; MONTEIRO, Maria Amélia Pinto, "As Relações Transatlânticas, Portugal, e a Identidade Europeia de Segurança e Defesa", *Economia e Sociologia*, Évora, Gabinete de Investigação e Acção Social do Instituto Superior Económico e Social de Évora, nº. 71, 2001, pp. 227-238.

BLEIBERG, Germán (Organização de), *Diccionario de Historia de España*, 2ª. ed., Madrid, Revista de Occidente, 1968, Tomo I.

- *Diccionario de Historia de España*, 2ª ed., Madrid, Revista de Occidente, 1968, Tomo II.

- *Diccionario de Historia de España*, 2ª ed., Madrid, Revista de Occidente, 1969, Tomo III.

BRUNO, Sampaio, *Os Modernos Publicistas Portugueses*, Porto, Livraria Chardron, 1906.

CAETANO, José Manuel, *Portugal-Espanha. Relações Económicas no Contexto da Integração Europeia*, Col. "Geografias", Oeiras, Celta Editora, 1998.

CÂMARA, Xisto, "A União Ibérica", *Arquivo Universal. Revista Hebdomadária*, Lisboa, 1º. Ano, 1ª. Série, nº. 6, 7.II.1859, pp. 84-86, tradução literal de R.[odrigo] Paganino.

- "A União Ibérica", *Arquivo Universal. Revista Hebdomadária*, Lisboa, 1º. Ano, 1ª. Série, nº. 7, 14.II.1859, pp. 101-103.

- "A União Ibérica", *Arquivo Universal. Revista Hebdomadária*, Lisboa, 1º. Ano, 1ª. Série, nº. 8, 21.II.1859, pp. 117-118.

- "A União Ibérica", *Arquivo Universal. Revista Hebdomadária*, Lisboa, 1º. Ano, 1ª. Série, nº. 9, 28.II.1859, pp. 129-131.

- "A União Ibérica", *Arquivo Universal. Revista Hebdomadária*, Lisboa, 1º. Ano, 1ª. Série, nº. 10, 7.III.1859, pp. 149-150.

- "A União Ibérica", *Arquivo Universal. Revista Hebdomadária*, Lisboa, 1º. Ano, 1ª. Série, nº. 11, 14.III.1859, pp. 165-168.

- "A União Ibérica. Três Objecções e Três Respostas", *Arquivo Universal. Revista Hebdomadária*, Lisboa, 1º. Ano, 1ª. Série, nº. 12, 21.III.1859, pp. 182-183.

- "A União Ibérica. Três Objecções e Três Respostas", *Arquivo Universal. Revista Hebdomadária*, Lisboa, 1º. Ano, 1ª. Série, nº. 13, 28.III.1859, pp. 198-200.

- (Prólogo de José Maria Latino Coelho), *A União Ibérica. Por...*, 2ª. ed., Lisboa, Tipografia Universal, 1859, trad. literal do espanhol por Rodrigo Paganino.

CASES-CARBÓ, Joaquim, *El Problema Peninsular. 1924-1932*, Barcelona, Llibreria Catalònia, 1933.

CATROGA, Fernando, "Nacionalismo e Ecumenismo. A Questão Ibérica na Segunda Metade do Século XIX", *Cultura. História e Filosofia*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica - Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, Vol. IV, 1985, pp. 419-463.

- "As Lojas Espanholas de Obediência ao Grande Oriente Lusitano e o Iberismo", *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Universidade de Coimbra, Vol. VII, 1985, pp. 89-110.

COMISSÃO «1º. DE DEZEMBRO DE 1640», *Manifesto*, Lisboa, [Typ. do Futuro], 1861.

COMISSÃO CENTRAL «PRIMEIRO DE DEZEMBRO», *Protesto*, Lisboa, Tipografia Universal de Tomás Quintino Antunes, 1869.

DIAS, J. M. de Barros, *Miguel de Unamuno e Teixeira de Pascoaes. Compromissos Plenos para a Educação dos Povos Peninsulares*, Évora, Universidade de Évora, 1995, I e II Vols., texto policopiado [Dissertação de doutoramento em Filosofia da Educação apresentada à Universidade de Évora].

SEBASTIÃO, Luís Miguel dos Santos, *Educação e Construção Europeia no Dealbar do Terceiro Milénio*, Col. "Documentos Europeus", nº. 1, Évora, Association Européenne des Enseignants-Secção de Évora, 1999.

DÍAZ HERRERA, José; DURÁN, Isabel, *El Saqueo de España*, Col. "Grandes Temas", 6ª. Ed., Madrid, Ediciones Temas de Hoy, 1996.

EAGLETON, Terry, *Ideology. An Introduction*, 4ª. reimp., London-New York, Verso, 1994.

ELORZA, Antonio (Coordenação), *La Historia de ETA*, Col. "Temas de Hoy/Historia", 2ª. ed., Madrid, Ediciones Temas de Hoy, 2000.

FERNÁNDEZ DE LOS RÍOS, Ángel, *Mi Misión en Portugal. Anales de Ayer para Enseñanza de Mañana*, Paris, Typ. de Tolmer et Isidore Joseph, s. d. [1877].

FERREIRA, José Medeiros, *Um Século de Problemas. As Relações Luso-Espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia*, Col. "Horizonte Histórico", nº. 23, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

FERRER BENIMELLI, José A., "El Gran Oriente Lusitano Unido y los MASONES ESPAÑOLES (1869-1878)", *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias - Faculdade de Letras, nº. 8, 1986, pp. 183-221.

FRAGATA, Júlio, *Noções de Metodologia para a Elaboração de um Trabalho Científico*, Col. "Meridiano Universitário", nº. 3, 3ª. Ed., Porto, Livraria Tavares Martins, 1980.

GELLNER, Ernest, *Nações e Nacionalismo*, Col. "Trajectos", nº. 18, Lisboa, Gradiva, 1993, trad. do inglês por Inês Vaz Pinto-revisão científica de Manuel Villaverde Cabral.

GIRÓN, Sánchez, "Espanha e a NATO", *Nação e Defesa. Revista de Assuntos Políticos, Económicos, Científicos e Militares*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, nº. 17, I-III.1981, pp. 173-199.

GÓMEZ CASAS, Juan, *Historia de la FAI (Aproximación a la Historia de la Organización Específica del Anarquismo y sus Precedentes de la Alianza de la Democracia Socialista)*, Col. "Z-Biblioteca 'Promoción del Pueblo'/Serie P.", nº. 95, 2ª. ed., Bilbao, Zero, 1977.

JIMÉNEZ REDONDO, Juan Carlos (Prefácio de Hipólito de la Torre Gómez), *Franco e Salazar. As Relações Luso-Espanholas Durante a Guerra Fria*, Col. "Peninsulares/Especial", nº. 35, Lisboa, Assírio & Alvim, 1996, versão portuguesa de José Severino.

JUNQUEIRO, Guerra (Prefácio de Mayer Garção), *Horas de Luta*, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1973.

LEANDRO, Alexandra (Coordenação; Nota introdutória de Jaime José Matos da Gama), *Portugal e a Defesa Nacional. 1999*, Lisboa, Ministério da Defesa Nacional-Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional, 1999.

LIMA, Sebastião de Magalhães (Prefácio de José Maria Latino Coelho), *Pela Pátria e pela República*, Porto, Casa Editora Alcino Aranha e Cª, s. d.

LOURENÇO, Eduardo, *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Col. "Temas Portugueses", 3ª. Ed., Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1990.

MADARIAGA, Salvador de, *Espana (Ensayo de Historia Contemporánea)*, 14ª. ed., Madrid, Espasa-Calpe, 1979.

MARCHUETA, Maria Regina, "As Autonomias Históricas Espanholas e o Processo de Integração Europeia. As Identidades Nacionais em Espanha face à Europa", *Nação e Defesa*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, 2ª. Série, nº. 92, Inverno de 2000, pp. 111-142.

MARTINS, J. P. Oliveira (Esboço biográfico do autor por seu irmão Guilherme de Oliveira



- Martins), *Cartas Peninsulares*, 2ª. Ed. - edição póstuma, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1924.
- *História da Civilização Ibérica*, Col. "Livros de Bolso Europa-América", nº. 387, Mem Martins, Publicações Europa-América, s. d. [1985].
- *História de Portugal*, 9ª. Ed., Lisboa, Parceria António Maria Pereira, Livraria Editora, 1917, Tomos I e II.
- *Portugal Contemporâneo*, Col. "Biblioteca de Iniciação Literária", nº. 17, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1981, Vol. I.
- *Portugal Contemporâneo*, Col. "Biblioteca de Iniciação Literária", nº. 18, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1981, Vol. II.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, *A Revolução em Espanha*, Col. "Sementes", nº. 6, Lisboa, Editorial Estampa, s. d., trad. do alemão por J. G. - revisão de Abel Carlos. [MAS, Sinibaldo de], *A Ibéria. Memória Escrita em Língua Espanhola por um Filo-Português, e Traduzida em Língua Portuguesa por um Filo-Ibérico*, Lisboa, Typ. de Castro e Irmão, 1852, trad. da língua espanhola [por Latino Coelho].
- MASCARENHAS, Manuela, "A Questão Ibérica (1850/1870)", *Bracara Augusta*, Braga, Câmara Municipal de Braga, Tomo II, Vol. XXXIV, nº. 78, VII-XII.1980, pp. 583-626.
- MORODO, Raul, *Los Orígenes Ideológicos del Franquismo: Acción Española*, Col. "Alianza Universidad, nº. 429, Madrid, Alianza Editorial, 1985.
- OLIVEIRA, César, *Cem Anos nas Relações Luso-Espanholas. Política e Economia*, Col. "Cosmos História", nº. 9, Lisboa, Edições Cosmos, 1995.
- OTERO NOVAS, José Manuel, *Defensa de la Nación Española. Frente a la Exacerbación de los Nacionalismos y Ante la Duda Europea*, Col. "Serie Máxima", Toledo, Editorial Fénix, 1998.
- PALACIO ATARD, Vicente, *La España del Siglo XIX (1808-1898)*, 2ª. ed., Madrid, Espasa-Calpe, 1981.
- PALMEIRIM, Luís Augusto, *Portugal e os seus Detractores. Reflexões a Propósito do Livro do Sr. Fernández de los Ríos, Intitulado «Mi misión». Por...*, Lisboa, Typ. da Biblioteca Universal de Lucas & Filho, 1877.
- PI Y MARGALL, Francisco ("Don Francisco Pi y Margall. Noticia de su Vida y Escritos", por Joaquín Pi y Arsuaga), *Las Nacionalidades*, Madrid, Librería Bergua, 1936.
- PLATÓN CARNICERO, Miguel, *La Amenaza Separatista. Mito y Realidad de los Nacionalismos en España*, Col. "Grandes Temas", nº. 24, Madrid, Ediciones Temas de Hoy, 1994.
- PROUDHON, Pierre-Joseph (Edição preparada por Juan Gómez Casas), *El Principio Federativo*, Col. "Biblioteca de la Literatura y el Pensamiento Universales", nº. 15, Madrid, Editora Nacional, 1977, trad. do francês por Juan Gómez Casas.
- QUENTAL, Antero de, *Portugal Perante a Revolução de Espanha. Considerações sobre o Futuro da Política Portuguesa no Ponto de Vista da Democracia Ibérica*, Lisboa, Tipografia Portuguesa, 1868, in *Prosas*, Lisboa, Couto Martins, s. d., Vol. II, pp. 47-82.
- REDACÇÃO, "Portugal Veta la Reconstrucción del Puente Ajuda por Litigio de Fronteras", *Hoy. Diario de Extremadura*, Badajoz, Ano LXII, nº. 19.761, 22.V.1994, p. 1.
- ROCAMORA, José Antonio (Prólogo de Celso Almuíña), *El Nacionalismo Ibérico. 1792-1936*, Col. "Serie Historia y Sociedad", nº. 36, Valladolid, Secretariado de Publicaciones-Universidad de Valladolid, 1994.
- ROSAS, Fernando (Coordenação), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha. Colóquio*

*Internacional*, Lisboa, Edições Colibri - Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998.

RUIZ, Rosa, "España Perfila su Papel en la Nueva OTAN", *Revista Española de Defensa*, Madrid, Ministerio de Defensa, Ano 10º., nº. 116, X.1997, pp. 54-56.

SÁNCHEZ CÁMARA, Ignacio, "Un Asunto Moral", *ABC*, Madrid, 21.VIII.2000, p. 17.

SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep (Prefácio de Hipólito de la Torre Gómez), *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, Col. "Peninsulares/Especial", nº. 31, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993, trad. do espanhol por José Colaço Barreiros.

SARDINHA, António, et al., *A Questão Ibérica*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1916.

- (Prefácio de Gabriel Maura Gamazo), *A Aliança Peninsular. Antecedentes e Possibilidades*, 2ª. Ed., Porto, Livraria Civilização, 1930.

- (Prólogo do Marquês de Quintanar, Conde de Santibañez del Río; Prólogo à primeira edição, de Ramiro de Maeztu; "Unidad y Dualismo Peninsular": estudo de José Pequito Rebello), *La Alianza Peninsular*, Segovia, Universidad Popular Segoviana-Acción Española (Imp. de «El Adelantado»), 1939, trad. do português pelo Marquês de Quintanar, Conde de Santibañez del Río.

- *À Lareira de Castela. Estudos Peninsulares*, 2ª. Ed., Lisboa, Edições Gama, 1943.

SEABRA, Maria João, *Vizinhança Inconstante. Portugal e Espanha na Europa*, Col. "Cadernos do Lumiar", nº. 5, Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1995.

SERRÃO, Joel (Direcção), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1989, Vol. I (*Abadágio-Castanheira*).

- *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1989, Vol. II (*Castanhoso-Fez*).

- *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1989, Vol. III (*Fiança-Lisboa*).

- *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1989, Vol. IV (*Lisboa-Páριο*).

- *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1989, Vol. V (*Paróquia-Sintra*).

- *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1989, Vol. VI (*Sisa-Zurara*).

SILVA, Inocêncio Francisco da (Estudos continuados e ampliados por Brito Aranha), *Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de...*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, Tomo X (H-J), pp. 35-48 [*Ibéria*].

[SILVA, Joaquim Maria de], *Federação Ibérica ou Ideias Gerais Sobre o que Convém ao Futuro da Península. Por um Português*, Porto, Livraria e Typ. de F. G. da Fonseca, 1854.

SLANY, William (Edição), *U. S. and Allied Wartime and Postwar Relations and Negotiations with Argentina, Portugal, Spain, Sweden, and Turkey on Looted Gold and German Eexternal Assets and U. S. Concerns about the Fate of the Wartime Utasha Treasury*, Washington, Department of State-Bureau of Public Affairs-Office of the Historian, 1998.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, et al., *Plano do Curso de Defesa Nacional (PCDN) - Ano Académico de 1999/2000*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, s. d. [1999].

TOMÉ, Almeida, "Portugal e Espanha na Aliança Atlântica", *Mais Alto. Revista da Força Aérea*, Alfragide, Estado-Maior da Força Aérea, Ano XXVII, nº. 260, VII-VIII.1989, pp. 20-23.

TORRE GÓMEZ, Hipólito de la (Edição de; Prólogo de Moisés Llordén Miñambres), *España y Portugal. Siglos IX-XX. Vivencias Históricas*, Madrid, Editorial Síntesis, 1998, trad. dos textos portugueses por Juan Carlos Jiménez Redondo.

UNAMUNO, Miguel de, "Iberia", *Iberia*, Barcelona, 10.IV.1915, in (Introdução, bibliografia e notas de Manuel García Blanco), *Obras Completas*, Madrid, Escelicer, 1968, Tomo IV, pp. 536-538.

UTT, Roger L., *Textos y Con-Textos de Clarín: Los Artículos de Leopoldo Alas en El Porvenir* (Madrid, 1882), Col. "Bella Bellatrix", Madrid, Ediciones Istmo, 1988.

VÁZQUEZ CUESTA, Pilar, *A Espanha ante o 'Ultimatum'*, Col. "Horizonte", nº. 32, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, trad. do espanhol por Maria Antonieta Soares de Azevedo.

- "O amor sen acougo de Oliveira Martins a España", *Grial*, Vigo, Editorial Galaxia, Tomo XXX, nº. 113, I-II-III.1992, pp. 20-60.

- "Turismo Colectivo entre Portugal y España Ahora Hace un Siglo", *Panorama. Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, IV Série, nº. 35-36, IX-XII.1970, pp. 19-24.

VENTURA, António, "Uma Obediência Maçónica Peninsular: o Soberano Gran Consejo General Ibérico e Portugal", *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 5ª. Série, nº. 16/17, 1994, pp. 25-44.

VICENTE, Ana (Prólogo de Fernando Morán), *Portugal Visto pela Espanha. Correspondência Diplomática. 1939-1960*, Col. "Peninsulares/Especial", nº. 30, Lisboa, Assírio & Alvim, 1992.

VIEIRA, Pe. António (Prefácios e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade), *Obras Escolhidas*, Col. "Clássicos Sá da Costa", Lisboa, Livraria Sá da Costa-Editora, 1954, Vol. X (*Sermões. I*).

VILLARES PAZ, Ramón, "As Relacións da Galiza con Portugal na Época Contemporánea", *Grial. Revista Galega de Cultura*, Vigo, Editorial Galaxia, Tomo XXI, nº. 81, VII-VIII-IX.1983, pp. 301-314.

\* Universidade de Évora/Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.

1 Este é, com aditamentos e correcções, o trabalho de investigação que apresentámos no âmbito do Curso de Defesa Nacional, promovido pelo Instituto da Defesa Nacional. De acordo com o Plano do Curso de Defesa Nacional (PCDN), decidimos abordar o 14º. Tema proposto: *As Relações entre Espanha e Portugal*. Ele insere-se na seguinte área de estudo e investigação: *Relações Internacionais: Estratégia; Geoestratégia*. Cf. NUNO SEVERIANO TEIXEIRA, et al., *Plano do Curso de Defesa Nacional (PCDN) - Ano Académico de 1999/2000*, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, s. d. [1999], p. 1 [Anexo ao Capítulo III. *Temas Sugeridos para o Trabalho de Investigação Individual (TII)*], p. 1, texto policopiado.

2 Não defendemos a concepção cesarista do conceito de ideologia, posta em prática por Napoleão Bonaparte e, mais tarde, teorizada por Karl Marx e Friedrich Engels. Quanto a nós, a ideologia está sempre presente nos grupos sociais significativos, sendo o conjunto de mecanismos que interpreta, actualiza e recicla o(s) comportamento(s) desses grupos. Cf. TERRY EAGLETON, *Ideology. An Introduction*, 4<sup>a</sup>. reimp., London-New York, Verso, 1994, pp. 1-31.

3 Aplicada aos textos de índole académica, a distinção entre *aprofundamento*, *clarificação* e *vulgarização*, apontada por Júlio Fragata, mantém-se pertinente nas megaculturas da aldeia global dos nossos dias. Retenha-se, a este respeito, a diferença fundamental - estabelecida pelo Prof. Fragata - que existe entre a *vulgarização* e a *banalização*, nunca devendo confundir esta, com aquela. Cf. JÚLIO FRAGATA, *Noções de Metodologia para a Elaboração de um Trabalho Científico*, Col. "Meridiano Universitário", n.º. 3, 3<sup>a</sup>. ed., Porto, Livraria Tavares Martins, 1980, pp. 20-24.

4 Cf. J. M. DE BARROS DIAS, *Miguel de Unamuno e Teixeira de Pascoaes. Compromissos Plenos para a Educação dos Povos Peninsulares*, Évora, Universidade de Évora, 1995, Vol. I, texto policopiado [Dissertação de doutoramento em Filosofia da Educação apresentada à Universidade de Évora], pp. 202-210.

5 Cf. Id., ib., p. 235.

6 ALBERTO MARTINS DE CARVALHO, "Iberismo", in JOEL SERRÃO (Direcção), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1989, Vol. III (*Fiança-Lisboa*), pp. 237-238.

7 Id., ib., p. 238.

8 Cf. PIERRE-JOSEPH PROUDHON (Edição preparada por Juan Gómez Casas), *El Principio Federativo*, Col. "Biblioteca de la Literatura y el Pensamiento Universales", n.º. 15, Madrid, Editora Nacional, 1977, trad. do francês por Juan Gómez Casas, 335 pp.

9 Cf. FRANCISCO PI Y MARGALL ("Don Francisco Pi y Margall. Noticia de su Vida y Escritos", por Joaquín Pi y Arsuaga), *Las Nacionalidades*, Madrid, Librería Bergua, 1936, 406 pp.

10 "Enquanto no país vizinho o problema ibérico aparecia ligado a uma necessidade bem real, dado existirem reivindicações internas de aspiração autonomista e nacionalista, em Portugal só podia receber uma caracterização predominantemente teórica, sem esperança de encontrar qualquer base de apoio imediato. No entanto, havendo plena consciência da impopularidade da proposta, a intensidade com que foi propagandeada só pode significar que os seus prosélitos não recuavam porque viam a Ibéria como uma reivindicação sem a qual os projectos mais gerais que avançavam ficavam destituídos de sentido.", FERNANDO CATROGA, "Nacionalismo e Ecumenismo. A Questão Ibérica na Segunda Metade do Século XIX", *Cultura. História e Filosofia*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, Vol. IV, 1985, p. 422.

11 Cf. LUÍS AUGUSTO PALMEIRIM, *Portugal e os seus Detractores. Reflexões a Propósito do Livro do Sr. Fernández de los Ríos, intitulado «Mi Misión». Por...*, Lisboa, Typ. da Biblioteca Universal de Lucas & Filho, 1877, pp. 292-293; SEBASTIÃO DE MAGALHÃES LIMA (Prefácio de José Maria Latino Coelho), *Pela Pátria e Pela República*, Porto, Casa Editora Alcino Aranha e C<sup>a</sup>., s. d., pp. 1-48 e 223-231.

12 Cf. [SINIBALDO DE MAS], *A Ibéria. Memória Escrita em Língua Espanhola por um Philo-Português, e Traduzida em Língua Portuguesa por um Philo-Ibérico*, Lisboa,

Tipografia de Castro e Irmão, 1852, trad. do espanhol [por José Maria Latino Coelho], XIII+95 (9) pp.+2 mapas *hors-texte*.

13 ROGER L. UTT, *Textos y Con-Textos de Clarín: Los Artículos de Leopoldo Alas en El Porvenir* (Madrid, 1882), Col. "Bella Bellatrix", Madrid, Ediciones Istmo, 1988, p. 218.

14 "Tenho sido accusado muitas vezes por este prologo, que ha largos annos escrevi; e que tem sido menos verdadeiramente interpretado na imprensa e no parlamento. Este prologo é antes um escripto litterario do que uma affirmacão politica. A memoria a que serve de introducção, pela leitura se conhece que é antes um tratado de philosophia sobre as vantagens da união pacifica dos dois povos, do que um folheto destinado a fazer uma propaganda activa, energica e immediata. Ora quem lêr despreoccupadamente as poucas linhas que servem de introducção á memoria de D. Sinibaldo de Más, hade vêr desde o principio que o prologo em vez de ser um escripto destinado a combater por uma idéa immediatamente realisavel, não é senão uma utopia philosophica, um d'estes idyllios politicos que passam pela cabeça de todos os homens quando começam a sua carreira de escriptores, quando se lhes afigura que a humanidade seria mais bem regida, mais fructuosamente governada, os seus interesses mais bem tutelados, se destruidas as fronteiras historicas, todos se congregassem em agapes communs, e em convivio sincero e fraternal.", JOSÉ MARIA LATINO COELHO, "[Intervenção na] Sessão [da Câmara dos Pares] de 21 de Maio de 1869", in LUÍS AUGUSTO PALMEIRIM, *Portugal e os seus Detractores. Reflexões a Propósito do Livro do Sr. Fernández de los Ríos, intitulado «Mi Misión»*. Por..., op. cit., p. 230.

15 *Revista Militar*, Madrid, nº. 10, 10.V.1849, apud CORONEL [FORTUNATO JOSÉ] BARREIROS, "Nacionalidade Portuguesa", *Revista Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional, Tomo I, nº. 7, VII.1849, pp. 435-436.

16 Id., ib., p. 439.

17 Ibidem.

18 COMISSÃO «1º. DE DEZEMBRO DE 1640», *Manifesto*, Lisboa, [Typ. do Futuro], 1861, p. 3.

19 Cf. [JOAQUIM MARIA DE SILVA], *Federação Ibérica ou Ideias Gerais Sobre o que Convém ao Futuro da Península. Por um Português*, Porto, Livraria e Typ. de F. G. da Fonseca, 1854, pp. 47-59.

20 Cf. KARL MARX, "A Reacção em Espanha. - Constituição da República Federal Ibérica", *New York Daily Tribune*, New York, 16.IX.1854, in KARL MARX; FRIEDRICH ENGELS, *A Revolução em Espanha*, Col. "Sementes", nº. 6, Lisboa, Editorial Estampa, s. d., trad. do alemão por J. G. - revisão de Abel Carlos, pp. 57-60.

21 VILLAR PONTE, "Pangaleguismo", apud RAMÓN VILLARES PAZ, "As Relacións da Galiza con Portugal na Época Contemporánea", *Grial. Revista Galega de Cultura*, Vigo, Editorial Galaxia, Tomo XXI, nº. 81, VII-VIII-IX.1983, p. 309.

22 JUAN GÓMEZ CASAS, *Historia de la FAI (Aproximación a la Historia de la Organización Específica del Anarquismo y sus Precedentes de la Alianza de la Democracia Socialista)*, Col. "Z-Biblioteca 'Promoción del Pueblo'/Serie P.", nº. 95, 2ª. ed., Bilbao, Zero, 1977, p. 121.

23 Id., ib., pp. 121-122.

24 "Eu já compartilhei d'aquella errada doutrina da federação peninsular como meio de se crear um grande Estado: a Iberia, a oppôr á Inglaterra, á França, á Russia, á China, se

calhasse. Escrevi, a defender essa chimera, pessimos artigos, repletos d'um patriotismo transviado. Publiquei-os, inteiramente anonymos, no *Norte Republicano*, do Porto, a quando da celeuma contra o republicanismo propagandistico levantada pela imprudencia das affirmações do federalismo iberico feitas no *Seculo* por Alexandre da Conceição, o que authenticava da impopularidade da doutrina, que servia de arma de guerra nas mãos dos conservadores para desviarem dos revolucionarios as sympathias do paiz. D'esses artigos absurdos, os publiquei, com a rubrica do meu pseudonymo habitual, ao deante proximo, na *Folha Nova*, tambem do Porto. Penitenceio-me. Bato com a caneta no almasso. *Mea culpa. Mea magna culpa.*", SAMPAIO BRUNO, *Os Modernos Publicistas Portugueses*, Porto, Livraria Chardron, 1906, pp. 124-125.

25 Sobre a cooperação mantida entre os *pedreiros-livres* de Espanha e de Portugal, vide FERNANDO CATROGA, "As Lojas Espanholas de Obediência ao Grande Oriente Lusitano e o Iberismo", *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Universidade de Coimbra, Vol. VII, 1985, pp. 89-110; JOSÉ A. FERRER BENIMELLI, "El Gran Oriente Lusitano Unido y los Masesones Españoles (1869-1878)", *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias-Faculdade de Letras, nº. 8, 1986, pp. 183-221; ANTÓNIO VENTURA, "Uma Obediência Maçónica Peninsular: o Soberano Gran Consejo General Ibérico e Portugal", *Revista da Faculdade de Letras*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 5ª. Série, nº. 16/17, 1994, pp. 25-44.

26 SAMPAIO BRUNO, *Os Modernos Publicistas Portugueses*, op. cit., p. 135.

27 SEBASTIÃO DE MAGALHÃES LIMA (Prefácio de José Maria Latino Coelho), *Pela Pátria e Pela República*, op. cit., p. 5.

28 Id., ib., p. 8 [a mesma ideia encontra-se repetida na p. 42 - carta do autor a Emilio Castelar].

29 Cf. ÁNGEL FERNÁNDEZ DE LOS RÍOS, *Mi Misión en Portugal. Anales de Ayer para Enseñanza de Mañana*, Paris, Typ. de Tolmer et Isidore Joseph, s. d. [1877], XVI+725 (2) pp.

30 Uma análise serena da evolução do pensamento de Oliveira Martins acerca do problema iberista encontra-se em PILAR VÁZQUEZ CUESTA, "O amor sen acougo de Oliveira Martins a España", *Grial*, Vigo, Editorial Galaxia, Tomo XXX, nº. 113, I-II-III.1992, pp. 20-60.

31 INOCÊNCIO FRANCISCO DA SILVA (Estudos continuados e ampliados por Brito Aranha), *Dicionário Bibliográfico Português. Estudos de...*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, Tomo X (H-J), p. 38.

32 Cf. XISTO CÂMARA, "A União Ibérica", *Arquivo Universal. Revista Hebdomadária*, Lisboa, 1º. Ano, 1ª. Série, nº. 6, 7.II.1859, pp. 84-86, tradução literal de R.[odrigo] Paganino; "A União Ibérica", *Arquivo Universal. Revista Hebdomadária*, Lisboa, 1º. Ano, 1ª. Série, nº. 7, 14.II.1859, pp. 101-103; "A União Ibérica", *Arquivo Universal. Revista Hebdomadária*, Lisboa, 1º. Ano, 1ª. Série, nº. 8, 21.II.1859, pp. 117-118; "A União Ibérica", *Arquivo Universal. Revista Hebdomadária*, Lisboa, 1º. Ano, 1ª. Série, nº. 9, 28.II.1859, pp. 129-131; "A União Ibérica", *Arquivo Universal. Revista Hebdomadária*, Lisboa, 1º. Ano, 1ª. Série, nº. 10, 7.III.1859, pp. 149-150; "A União Ibérica", *Arquivo Universal. Revista Hebdomadária*, Lisboa, 1º. Ano, 1ª. Série, nº. 11, 14.III.1859, pp. 165-168; "A União Ibérica. Três Objecções e Três Respostas", *Arquivo Universal. Revista Hebdomadária*, Lisboa, 1º. Ano, 1ª. Série, nº. 12, 21.III.1859, pp. 182-183; "A União Ibérica. Três Objecções e Três Respostas", *Arquivo Universal. Revista Hebdomadária*,

Lisboa, 1º. Ano, 1ª. Série, nº. 13, 28.III.1859, pp. 198-200. Estes textos, seguidos de uma “Nota Importante” do autor, foram editados em livro. Cf. XISTO CÁMARA (Prólogo de José Maria Latino Coelho), *A União Ibérica. Por...*, 2ª. ed., Lisboa, Tipografia Universal, 1859, trad. literal do espanhol por Rodrigo Paganino, 59 pp.

33 Cf. ANTERO DE QUENTAL, *Portugal Perante a Revolução de Espanha. Considerações sobre o Futuro da Política Portuguesa no Ponto de Vista da Democracia Ibérica*, Lisboa, Tipografia Portuguesa, 1868, in *Prosas*, Lisboa, Couto Martins, s. d., Vol. II, pp. 47-82.

34 PILAR VÁZQUEZ CUESTA, “Turismo Colectivo entre Portugal y España Ahora Hace un Siglo”, *Panorama. Revista Portuguesa de Arte e Turismo*, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, IV Série, nº. 35-36, IX-XII.1970, p. 21.

35 Id., ib., p. 24.

36 Ibidem.

37 SAMPAIO BRUNO, *Os Modernos Publicistas Portugueses*, op. cit., p. 92.

38 Cf. ROGER L. UTT, *Textos y Con-Textos de Clarín: Los Artículos de Leopoldo Alas en El Porvenir* (Madrid, 1882), op. cit., p. 34, n. 2.

39 CLARÍN, “Un Buen Propósito. Una Liga Literaria Hispano-Portuguesa”, *El Porvenir*, Madrid, Ano I, nº. 214, 7.IX.1882, in Id., ib., p. 203.

40 Id., ib., p. 234.

41 *Día de Nuestra Señora del Pilar de Zaragoza*, o dia 12 de Outubro passou a ser, na sequência da aprovação de um *Real Decreto*, publicado na *Gaceta de Madrid* em 16 de Junho de 1918, a *Fiesta de la Raza. Actualmente, comemora o Día Nacional de España y de la Hispanidad*.

42 PILAR VÁZQUEZ CUESTA, *A Espanha ante o ‘Ultimatum’*, Col. “Horizonte”, nº. 32, Lisboa, Livros Horizonte, 1975, trad. do espanhol por Maria Antonieta Soares de Azevedo, p. 132.

43 Salvador de Madariaga declara, incorrectamente, o ano de 1889 como sendo o da realização deste evento. Cf. SALVADOR DE MADARIAGA, *España (Ensayo de Historia Contemporánea)*, 14ª. ed., Madrid, Espasa-Calpe, 1979, p. 205.

44 JOSÉ ANTONIO ROCAMORA (Prólogo de Celso Almuiña), *El Nacionalismo Ibérico. 1792-1936*, Col. “Serie Historia y Sociedad”, nº. 36, Valladolid, Secretariado de Publicaciones-Universidad de Valladolid, 1994, p. 130.

45 Cf. Ibidem.

46 GUERRA JUNQUEIRO, “Banquete de Badajoz”, in (Prefácio de Mayer Garção), *Horas de Luta*, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1973, p. 104.

47 Cf. MIGUEL DE UNAMUNO, “Iberia”, *Iberia*, Barcelona, 10.IV.1915, in (Introdução, bibliografia e notas de Manuel García Blanco), *Obras Completas*, Madrid, Escelicer, 1968, Tomo IV, pp. 536-538.

48 Id., ib., p. 537.

49 ANON., “O Momento Político Espanhol. D. Miguel Unamuno Afirma-nos que o Estatuto da Catalunha não Chegará a Ser Votado e Faz-nos Revelações Sensacionais Sobre um Plano de Invasão do Nosso País pelo Exército Espanhol”, *Diário de Lisboa*, Lisboa, Ano XI, nº 3.160, 12.VIII.1931, p. 8.

50 Cf. ANTÓNIO SARDINHA (Prefácio de Gabriel Maura Gamazo), *A Aliança Peninsular. Antecedentes e Possibilidades*, 2ª. ed., Porto, Livraria Civilização, 1930, XCIII+454 pp.

51 Cf. ANTÓNIO SARDINHA, *À Lareira de Castela. Estudos Peninsulares*, 2ª. ed., Lisboa,

Edições Gama, 1943, XVIII+289+4 nn. pp.

52 Cf. ANTÓNIO SARDINHA, et al., *A Questão Ibérica*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1916, 352 (3) pp.

53 Cf. RAUL MORODO, *Los Orígenes Ideológicos del Franquismo: Acción Española*, Col. "Alianza Universidad", nº. 429, Madrid, Alianza Editorial, 1985, pp. 107-114.

54 Cf. ANTÓNIO SARDINHA (Prólogo do Marquês de Quintanar, Conde de Santibañez del Río; Prólogo à primeira edição, de Ramiro de Maeztu; "Unidad y Dualismo Peninsular": estudo de José Pequeto Rebello), *La Alianza Peninsular*, Segovia, Universidad Popular Segoviana-Acción Española (Imp. de «El Adelantado»), 1939, trad. do português pelo Marquês de Quintanar, Conde de Santibañez del Río, pp. 1-10.

55 Cf. Id., ib., pp. IX-XLV.

56 Cf. JUAN CARLOS JIMÉNEZ REDONDO (Prefácio de Hipólito de la Torre Gómez), *Franco e Salazar. As Relações Luso-Espanholas Durante a Guerra Fria*, Col. "Peninsulares/Especial", nº. 35, Lisboa, Assírio & Alvim, 1996, versão portuguesa de José Severino, p. 18.

57 O Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa organizou, em 1996, um Colóquio Internacional sobre Portugal e a guerra civil de Espanha. É patente, da consulta das Actas respectivas, o empenho do Estado Novo no apoio aos nacionalistas espanhóis sublevados em 18 de Julho de 1936. Cf. FERNANDO ROSAS (Coordenação), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha. Colóquio Internacional*, Lisboa, Edições Colibri-Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998, X+237 pp. Por outro lado, o *Department of State* é peremptório, acerca das *amizades perigosas* do Estado Novo, na segunda metade dos anos Trinta: "Portugal's relationship with Hitler's Germany emerged during the Spanish Civil War of 1936-1939, when Portuguese Prime Minister Dr. Antonio de Oliveira (*sic*) Salazar sided the dictatorships, assisted Germany in smuggling arms to Spanish General Francisco Franco's forces, and sent Portuguese volunteers to fight with Franco's army. To gain one of his long-term goals for Portugal - stabilization and development of the country's economy - Salazar encouraged foreign trade and investment, a growing portion of which came from Germany. By 1938 Germany was Portugal's second largest trade partner with 526 million escudos (almost \$22 million) in total commerce.", WILLIAM SLANY (Edição), *U. S. and Allied Wartime and Postwar Relations and Negotiations with Argentina, Portugal, Spain, Sweden, and Turkey on Looted Gold and German External Assets and U. S. Concerns about the Fate of the Wartime Utasha Treasury*, Washington, Department of State-Bureau of Public Affairs-Office of the Historian, 1998, p. 23.

58 O Tratado de Amizade e Não-Agressão foi renovado em Agosto de 1948.

59 Sendo a divulgação do acordo estabelecido em Fevereiro do mesmo ano entre Franco e Salazar, no encontro que ambos mantiveram em Sevilla, o *Pacto Ibérico* visava "a proclamação da península como um espaço neutral, depositário dos valores eternos da civilização cristã.", JUAN CARLOS JIMÉNEZ REDONDO (Prefácio de Hipólito de la Torre Gómez), *Franco e Salazar. As Relações Luso-Espanholas Durante a Guerra Fria*, op. cit., p. 54. O Protocolo Adicional do *Pacto Ibérico* viu a luz do dia em 1948. Cf. Id., ib., pp. 158-161.

60 Ao referirmos o peso das personalidades de Francisco Franco e de António de Oliveira Salazar no âmbito da evolução política peninsular, não pretendemos remeter-nos



ao *fulanismo*. Com efeito, “le ideologie sono implicate nell’uso e nella funzione di concetti politici che sono ritenuti oggi scientificamente orientativi e fondamentali. Ad esempio, la giustificazione ideologica del potere politico è implicata nell’uso stesso di questa nozione. Infatti un potere che no sia giustificato da una ideologia dovrebbe essere un potere che ha la sua giustificazione in se stesso, che ha come fine se stesso. Un tale potere sarebbe pura forza, pura costrizione fisica. Ma, secondo il noto argomento ripetuto da Croce, anche il più feroce tiranno ha bisogno di persuadere qualcuno, non può del tutto e tutti fisicamente costringere; cioè il suo potere deve pur essere, in qualche modo e in qualche misura e rispetto a qualcuno, direttivo e persuasivo, implicante quindi una giustificazione ideologica.”, LUIGI BAGOLINI, “Ideologie e Scienze Sociali”, in AAVV, *Ideologia e Filosofia. Atti del XXI Convegno del Centro di Studi Filosofici tra Professori Universitari-Gallarate 1966*, Brescia, Morcelliana, 1967, p. 133.

61 CÉSAR OLIVEIRA, *Cem Anos nas Relações Luso-Espanholas. Política e Economia*, Col. “Cosmos História”, nº. 9, Lisboa, Edições Cosmos, 1995, p. 70.

62 “Shortly after the outbreak of the War in September 1939, Spanish dictator General Francisco Franco released an official decree of neutrality in the conflict, despite his open ideological affinity with the Axis leaders who had provided him with critical support in the Spanish Civil War. Nevertheless, he hovered on the brink of intervention on the side of the Axis through much of 1940 and 1941, and even contributed a force of Spanish volunteers estimated to be as many as 40,000, known as the Blue Division, which served as the German 250th Division on the Russian Front from mid-1940 until October 1943. The possibility of Spanish belligerency was premised on an early German victory over Britain and on a German agreement to Spanish territorial expansion in Africa into French Morocco and perhaps even in Europe at the expense its neighbors, Vichy France and neutral Portugal.”, WILLIAM SLANY (Edição), *U. S. and Allied Wartime and Postwar Relations and Negotiations with Argentina, Portugal, Spain, Sweden, and Turkey on Looted Gold and German External Assets and U. S. Concerns about the Fate of the Wartime Utash Treasury*, op. cit., p. 59.

63 ANA VICENTE (Prólogo de Fernando Morán), *Portugal Visto pela Espanha. Correspondência Diplomática. 1939-1960*, Col. “Peninsulares/Especial”, nº. 30, Lisboa, Assírio & Alvim, 1992, p. 58.

64 Ibidem.

65 Ibidem.

66 Juntamente com a Argentina, liderada por Juan Domingo Perón.

Cf. JUAN CARLOS JIMÉNEZ REDONDO (Prefácio de Hipólito de la Torre Gómez), *Franco e Salazar. As Relações Luso-Espanholas Durante a Guerra Fria*, op. cit., p. 125.

67 Cf. HIPÓLITO DE LA TORRE GÓMEZ, “Los Estados Autoritarios (1926/1939-1974/1975). Introducción”, in HIPÓLITO DE LA TORRE GÓMEZ (Edição de; Prólogo de Moisés Llordén Miñambres), *España y Portugal. Siglos IX-XX. Vivencias Históricas*, Madrid, Editorial Síntesis, 1998, trad. dos textos portugueses por Juan Carlos Jiménez Redondo, pp. 271-272.

68 A pretensão de entrada de Portugal na ONU foi apreciada em 1946, altura em que todos os membros do Conselho de Segurança votaram favoravelmente o ingresso do nosso país na Organização, com a excepção da URSS, que a vetou até 1955, como dissemos.

69 Cf. ANA VICENTE (Prólogo de Fernando Morán), *Portugal Visto pela Espanha. Correspondência Diplomática. 1939-1960*, op. cit., pp. 55-57.

70 Id., ib., p. 101.

71 Cf. AAVV, *Convenio Constitutivo de la Unión Latina*, Madrid, 15 Mayo 1954, (e *Resolución Número 11 (XIV) que Enmienda el Artículo XIII del Convenio Constitutivo de la Unión Latina*, París, 7 Diciembre 1994), 11 pp., texto policopiado [Madrid, Ministerio de Asuntos Exteriores]. Portugal foi, sem grande entusiasmo, Estado fundador da União Latina.

72 Cf. ANA VICENTE (Prólogo de Fernando Morán), *Portugal Visto pela Espanha. Correspondência Diplomática. 1939-1960*, op. cit., p. 11.

73 Ibidem.

74 A Frente Polisário proclamou, em 27.II.1976, a República Árabe Sarauí Democrática, tendo iniciado a luta armada contra Marrocos (potência que, após a retirada espanhola, passou a deter o controlo sobre o Sahara Norte) e a Mauritânia (responsável pelos destinos do Sahara Sul). A Mauritânia entregou o Sahara Sul em 5.VIII.1979, tendo Marrocos ocupado parte do território, incluindo a capital, Dakla.

75 LAUREANO LÓPEZ RODÓ, *Testimonio de una Política de Estado*, Col. "Espejo de España", nº. 113, Barcelona, Editorial Planeta, 1987, p.109, *apud* JOSEP SÁNCHEZ CERVELLÓ (Prefácio de Hipólito de la Torre Gómez), *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, Col. "Peninsulares/Especial", nº. 31, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993, trad. do espanhol por José Colaço Barreiros, p. 345.

76 Tratava-se de três militantes da FRAP e dois militantes da ETA, condenados à morte, por Tribunais Militares, ao abrigo do Decreto-Lei "sobre prevención del terrorismo", aprovado em Agosto, e que, na prática, aplicava o *estado de excepção* a todo o território espanhol.

77 JOSEP SÁNCHEZ CERVELLÓ (Prefácio de Hipólito de la Torre Gómez), *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola (1961-1976)*, op. cit., pp. 354-355.

78 Cf. Id., ib., p. 354.

79 Id., ib., pp. 351-352.

80 Id., ib., p. 352.

81 Id., ib., p. 351.

82 Aquele que foi, porventura, o atentado mais espectacular da ETA, vitimou o então Presidente do Governo (e herdeiro político de Franco), Almirante Luis Carrero Blanco. O atentado teve lugar em Madrid, em 20 de Dezembro de 1973.

Sobre o impacte deste atentado na vida política espanhola, assim como na própria ETA, vide ANTONIO ELORZA (Coordenação), *La Historia de ETA*, Col. "Temas de Hoy/Historia", 2ª. ed., Madrid, Ediciones Temas de Hoy, 2000, pp. 63, 167-168 e 262-263.

83 ÁLVARO SOTO CARMONA, "Los Estados Democráticos (1974/1975-1998). España", in HIPÓLITO DE LA TORRE GÓMEZ (Edição de; Prólogo de Moisés Llordén Miñambres), *España y Portugal. Siglos IX-XX. Vivencias Históricas*, op. cit., p. 327.

84 Ibidem.

85 Ao lado de D. Juan Carlos I esteve, nas horas decisivas, aquele que seria nomeado *Embajador Real*, Manuel Prado y Colón de Carvajal. José Díaz Herrera e Isabel Durán escrevem: "Prado desempeñó un papel trascendental en la tarea de desmontar la conspiración de Milans y Armada. Su amistad con el Rey es tal que se permitió el lujo de

dejar su rúbrica aquella noche en el discurso que don Juan Carlos pronunció a la nación. Su Majestad había escrito en el último párrafo de su mensaje: 'La Corona, símbolo de la *unidad y permanencia* de la Patria, no puede tolerar en forma alguna acciones o actitudes de personas que pretendan interrumpir por la fuerza el proceso democrático que la Constitución votada por el pueblo español determinó en su día a través de referéndum.' Prado, con autorización real, impuso su 'sello personal' e invirtió dos términos, de modo que el discurso quedó así: 'La Corona, símbolo de la *permanencia y unidad* de la Patria...'", JOSÉ DÍAZ HERRERA; ISABEL DURÁN, *El Saqueo de España*, Col. "Grandes Temas", 6ª. ed., Madrid, Ediciones Temas de Hoy, 1996, pp. 550-551, n. 4.

86 Foi por meio do Acordo de Argel, assinado entre Portugal e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), em 26 de Agosto de 1974, que a antiga potência colonial reconheceu a independência da Guiné e de Cabo Verde, proclamada unilateralmente em 1973.

87 ÁLVARO SOTO CARMONA, "Los Estados Democráticos (1974/1975-1998). España", in HIPÓLITO DE LA TORRE GÓMEZ (Edição de; Prólogo de Moisés Llordén Miñambres), *España y Portugal. Siglos IX-XX. Vivencias Históricas*, op. cit., p. 334.

88 MARIA JOÃO SEABRA, *Vizinhança Inconstante. Portugal e Espanha na Europa*, Col. "Cadernos do Lumiar", nº. 5, Lisboa, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, 1995, pp. 18-19.

Sobre esta temática deve consultar-se, igualmente, ALMEIDA TOMÉ, "Portugal e Espanha na Aliança Atlântica", *Mais Alto. Revista da Força Aérea*, Alfragide, Estado-Maior da Força Aérea, Ano XXVII, nº. 260, VII-VIII.1989, pp. 20-23.

89 MARIA JOÃO SEABRA, *Vizinhança Inconstante. Portugal e Espanha na Europa*, op. cit., p. 19.

Vide, a este respeito, JOSÉ MEDEIROS FERREIRA, *Um Século de Problemas. As Relações Luso-Espanholas da União Ibérica à Comunidade Europeia*, Col. "Horizonte Histórico", nº. 23, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, pp. 75-77.

90 Cf. AAVV, *Defense. Data Exchange. Agreement Between the United States and Spain*, Col. "Treaties and Other International Acts Series", nº. 12.376, Washington, Department of State, 1980, 9 pp.

91 Cf. AAVV, *Space Cooperation. Agreement Between the United States of America and Spain*, Col. "Treaties and Other International Acts Series", nº. 12.208, Washington, Department of State, 1989, 4 pp.

92 MARIA JOÃO SEABRA, *Vizinhança Inconstante. Portugal e Espanha na Europa*, op. cit., p. 24.

93 Para a análise das transformações verificadas nas relações económicas entre Portugal e Espanha, desde 1986, assim como a estrutura assimétrica destas relações, esmagadoramente favorável a Espanha, vide JOSÉ MANUEL CAETANO, *Portugal-Espanha. Relações Económicas no Contexto da Integração Europeia*, Col. "Geografias", Oeiras, Celta Editora, 1998, XII+220 pp.

94 Miguel Platón apresentou, há alguns anos, um interessante *roteiro crítico* dos separatismos basco e catalão, denunciando a reinterpretação da História e a afirmação do *facto diferencial* assumidas pelos líderes políticos nacionalistas.

Cf. MIGUEL PLATÓN CARNICERO, *La Amenaza Separatista. Mito y Realidad de los Nacionalismos en España*, Col. "Grandes Temas", nº. 24, Madrid, Ediciones Temas de

Hoy, 1994, pp. 13-328.

95 É ponto assente, para qualquer analista informado, que tanto durante as “tréguas”, como hoje em dia, na esfera do nacionalismo basco, o *Partido Nacionalista Vasco* (PNV) faz o jogo político da ETA. Assim, não são de estranhar declarações como aquelas que transcrevemos: “El el País Vasco no asistimos, como pretenden muchos nacionalistas, a un conflicto político sino a la presencia terrible del mal absoluto, a una ree-dición del viejo ceremonial del crimen ‘político’. Limitarse a ver allí un conflicto de naturaleza política es negarse a ver el verdadero problema, que es de naturaleza moral. Quienes pretenden equidistar entre un Gobierno legítimo y un grupo de asesinos no hacen sino ponerse del lado del mal absoluto. Ante un dilema moral, no caben terceras vías.”, IGNACIO SÁNCHEZ CÁMARA, “Un Asunto Moral”, *ABC*, Madrid, 21.VIII.2000, p. 17.

96 AAVV, *Joint Anglo/Spanish Statement: The Lisbon Agreement by the Spanish Foreign Minister Sr Marcelino Oreja and the Foreign Secretary Lord Carrington*, 10 April 1980, 24.VIII.2000, <http://www.gibnet.com/texts/lisbon.htm>, 3 K.

97 Ibidem.

98 Cf. AAVV, *The April 2000 Anglo-Spanish Agreement*, 24.VIII.2000, <http://www.gibnet.com/texts/anglosp1.htm>, 11 K.

99 A Sociedade Pró-Olivença foi fundada em Lisboa, em 15.VIII.1938, devido à iniciativa de Amadeu Rodrigues Pires, Francisco de Sousa Lamy e Ventura Ledesma Abrantes. Tendo adoptado a designação actual em 26.XI.1945, o Grupo dos Amigos de Olivença contou, entre os seus sócios-fundadores, com personalidades destacadas na sociedade portuguesa: Humberto Delgado, Queirós Veloso, Ferreira Martins, João Afonso Corte-Real, Raul Esteves, Luís Lupi, Paulo Caratão Soromenho e José Pontes. O Grupo dos Amigos de Olivença visa - por intermédio de debates, publicação de opúsculos e de um Boletim, assim como outras acções de sensibilização junto da opinião pública portuguesa - atingir o seguinte objectivo: *reintegrar o território de Olivença na Pátria portuguesa*. O Grupo dos Amigos de Olivença publicita o seu património ideológico, *on line*, no seguinte URL: <http://www.olivenca.org>

100 “El ministerio de Negocios Extranjeros de Portugal ha vetado el ‘proyecto fronterizo’ de reconstrucción del puente Ajuda, sobre el río Guadiana, entre Olivenza y Elvas, que iba a ejecutarse con cargo al programa de ayudas interregionales de la Unión Europea, tal como se había acordado en la cumbre hispano-portuguesa celebrada en 1990 por los jefes de gobierno Felipe González y Aníbal Cavaco Silva. Ministerio de Exteriores portugués impide, sin embargo, ejecutar la obra, porque ‘el estado (*sic*) portugués no puede quedar involucrado en ningún proyecto que implique el reconocimiento del trazado de la frontera en un lugar en que no hay consenso sobre el mismo’, según ha informado el diario lisboeta ‘Público’. Portugal mantiene que el territorio de Olivenza, donde se halla el puente, es portugués y, por tanto, rechaza la calificación de ‘proyecto fronterizo’.”, REDACÇÃO, “Portugal Veta la Reconstrucción del Puente Ajuda por Litigio de Fronteras”, *Hoy. Diario de Extremadura*, Badajoz, Año LXII, nº. 19.761, 22.V.1994, p. 1.

101 Sobre os problemas em análise, nas páginas que se seguem, vide JOÃO MANUEL DE ANDRADE PINTO BESSA; JOAQUIM AUGUSTO DA SILVEIRA SÉRGIO; J. M. DE BARROS DIAS; MANUEL DA SILVA OLIVEIRA; MARIA AMÉLIA PINTO MONTEIRO, “As Relações Transatlânticas, Portugal, e a Identidade Europeia de Segurança e Defesa”, *Economia e Sociologia*, Évora, Gabinete de Investigação e Acção Social do Instituto Superior

Económico e Social de Évora, nº. 71, 2001, pp. 227-238.

102 Um tal quadro pressupõe, desde já, a consolidação do Euro como moeda forte.

103 Actualmente, os ventos político-sociais da UE não permitem supor, a partir das estruturas existentes, a viabilidade deste cenário. Contudo, quer o radicalismo de algumas franjas políticas, quer as pretensões eurocêntricas dos nostálgicos da reinstauração do *poder mundial da Europa* obrigam-nos a ter presente, equacionando-a, a hipótese de uma *Europa senhora de si e senhora do mundo*.

104 Embora digno de toda a atenção, em termos especulativos, não acreditamos, a partir das suas dificuldades endógenas, que a UE tenha condições para enfrentar os EUA, no modelo civilizacional que eles próprios geraram. É assim que, em 1999, escrevíamos: “Quer no Sul do continente, quer no Centro e Leste do mesmo, tanto os movimentos autonomistas, quanto os grupos terroristas - alguns com uma actuação ininterrupta ao longo de décadas - são o primeiro sinal de alarme, de pendor nacionalista, para um projecto que exige a *vida em comum na casa comum* europeia, a partir da plena participação dos cidadãos. Serão os sinais acima referidos, de feição ideológica muito diferenciada entre si, suficientemente fortes para destruir o sonho/utopia que a União Europeia quer construir? Por outro lado, quer a situação política no Leste do continente, quer a instabilidade integrista que grassa no Norte de África e no Médio Oriente permanecerão relativamente contidos nos locais de origem, sem chegar a afectar-nos?”, J. M. DE BARROS DIAS; LUÍS MIGUEL DOS SANTOS SEBASTIÃO, *Educação e Construção Europeia no Dealbar do Terceiro Milénio*, Col. “Documentos Europeus”, nº. 1, Évora, Association Européenne des Enseignants-Secção de Évora, 1999, p. 13.

105 NUNO SEVERIANO TEIXEIRA, “A Identidade Europeia de Segurança e Defesa: Enquadramento Conceptual e Prospectivo”, in AAVV, *Portugal e a Identidade Europeia de Segurança e Defesa. Mesa Redonda*, Lisboa, Centro de Estudos-EuroDefense-Portugal, 1999, Caderno nº. 1, p. 15.

106 Ibidem.

107 Cf. AAVV, *The Reader's Guide to the NATO Summit in Washington. 23-25 April 1999*, Bruxelas, NATO-Office of Information and Press, 1999, 119 pp.

108 Id. Ib., p. 60.

109 MARIA JOÃO SEABRA, *Vizinhança Inconstante. Portugal e Espanha na Europa*, op. cit., p. 8.

110 Id., ib., p. 9.

111 Ibidem.

112 Cf. JOSÉ MANUEL OTERO NOVAS, *Defensa de la Nación Española. Frente a la Exacerbación de los Nacionalismos y Ante la Duda Europea*, Col. “Serie Máxima”, Toledo, Editorial Fénix, 1998, pp. 296-298.

113 Pe. ANTÓNIO VIEIRA (Prefácios e notas de António Sérgio e Hernâni Cidade), *Obras Escolhidas*, Col. “Clássicos Sá da Costa”, Lisboa, Livraria Sá da Costa-Editora, 1954, Vol. X (*Sermões. I*), p. 257.

114 Temos presente, claro está, a intervenção de tipo sócio-político, e não a *praxis* meramente especulativa. Importa, pois, actuar ambientalmente situados no mundo que é o nosso: o dos países capitalistas pós-industriais.

115 EDUARDO LOURENÇO, *Nós e a Europa ou as Duas Razões*, Col. “Temas Portugueses”, 3ª. ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990, p. 82.